

CONTRA A FOME



Lula assume a presidência do G20 e convoca uma aliança global para reduzir as desigualdades, tratar das mudanças climáticas e da nova governança global

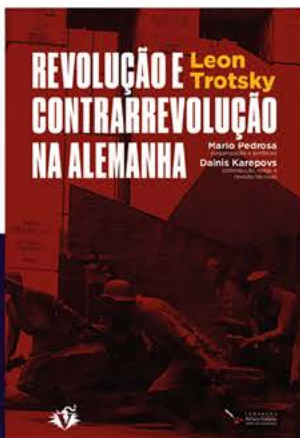
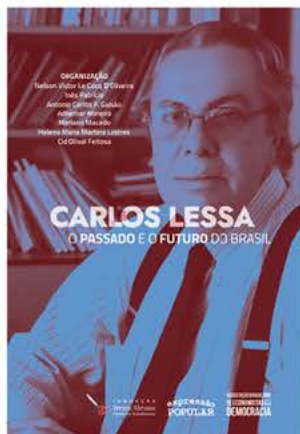
Ricardo Stuckert

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 11 de Setembro de 2023 Nº 112

Juca Ferreira alerta para as precariedades no áudio visual
Governo retoma parceria com Cuba para ampliar os negócios
Supremo aponta para as ilegalidades graves da Lava Jato
Sete de Setembro em clima de reconstrução nacional
A série 'Cangaço Novo' ganha repercussão em 43 países

CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA

Fundação Perseu Abramo | Formação | Publicações | Memória | Teoria e Debate | Acervo Social | Observa BR

POLÍTICA | ECONOMIA | CULTURA | MEIO AMBIENTE | PÚBLICO | INTERNACIONAL | SOCIAL | PERIFÉRIAS | PODCAST | VÍDEOS | ÁGENDA

formação FPA

CLIQUE AQUI E ACESSA NOSSOS CURSOS

REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA ALEMANHA
Leon Trotsky
Mario Pedrosa
Dainis Karepovs

LANÇAMENTOS
Revolução e Contrarrevolução na Alemanha da redação

Conteúdo recente

- HOMENAGEM**
Wladimir Pomar presente, agora e sempre!
Valter Pomar
- HOMENAGEM**
Wladimir Pomar: perdemos um valeroso militante da esquerda brasileira
Diretor Executivo da FPA
- POLÍTICA**
CASB divulga nomes do conselho
- LANÇAMENTOS**
Revolução e Contrarrevolução na Alemanha
- INTERNACIONAL**
Janela Internacional: os 50 anos do golpe no Chile
- PERIFÉRIAS**
Painel de Dados das periferias desenha desigualdades em gráficos e mapas
- POLÍTICA**
Presidente Lula sanciona três leis para proteger a vida das brasileiras
Agência PT de notícias
- PERIFÉRIAS**
Reconexão reúne conselho, coletivos, ministérios e chega ao presidente
da redação

Leia mais

Publicações

Revista Reconexão Periferias - maio 2023

Viver por conta própria

■ **acompanhe nossos canais e receba nossas publicações!**



www.fpabramo.org.br



@fpabramo



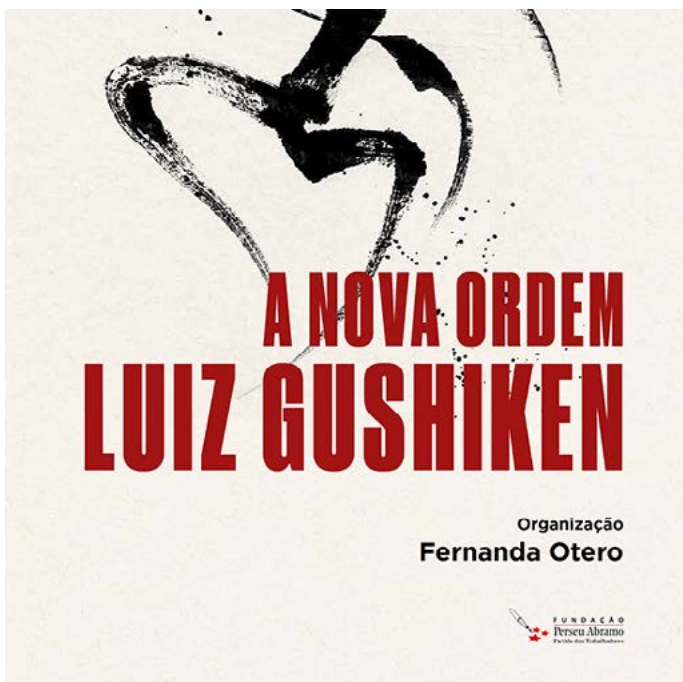
Fundação Perseu Abramo



@fpabramo



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Bia Abramo,

Fernanda Estima, Guto Alves,

Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Olímpio Cruz Neto e Paulo Chagas



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

**CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro. O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS



CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

वसुधैव कुटुम्बकम्

EARTH • ONE FAMILY • ONE FUTURE

Ricardo Stuckert



NO G20, A DEFESA DE UM MUNDO MAIS JUSTO

O Brasil assumiu a presidência do G20, durante a reunião de cúpula em Nova Délhi. Lula recebeu o martelo que representa a liderança do grupo das mãos do primeiro-ministro Narendra Modi. E anunciou três prioridades: a inclusão social; o enfrentamento das mudanças climáticas; e uma nova governança global

Página 14

CULTURA. Juca Ferreira defende uma nova política de fomento ao audiovisual
Página 6

AJUDA. Alckmin vai ao Sul e anuncia R\$ 741 milhões para as vítimas de ciclone
Página 22

HISTÓRIA. O golpe no Chile e o ataque terrorista no coração dos Estados Unidos
Páginas 32 a 35

CUBA. Governo sinaliza a retomada das relações históricas com a ilha de Fidel
Página 17

LAVA JATO. STF anula provas e confirma que a prisão de Lula foi armação
Página 23

CULTURA. A série 'Cangaço Novo' ganha o mundo na plataforma Prime Video
Página 36

CHILE. Gabriel Boric retoma a busca dos desaparecidos na ditadura de Pinochet
Página 20

LIMBO. Nassif lembra dos abusos da Greenfield. A operação segue inconclusa
Página 27

CULTURA 2. Filme lembra o sequestro de avião ocorrido em 1988 contra José Sarney
Página 37

INDEPENDÊNCIA. Lula defende a união nacional no feriado de 7 de Setembro
Página 21

OPINIÃO. Em oito meses, economia nacional voltou aos trilhos, diz Zeca Dirceu
Página 31

DESPEDIDA. Domenico de Masi, sociólogo italiano, morre aos 82 anos em Roma
Página 38



50 ANOS DA TRAGÉDIA NO CHILE

Alberto Cantalice

No fatídico dia 11 de setembro de 1973, ruía sob o som terrificante dos bombardeios por aviões sobre o Palacio de La Moneda, a experiência do socialismo democrático no Chile.

O martírio de Salvador Allende, que preferiu a morte à desonra, calou fundo nas forças democráticas mundo afora. Enquanto isso em solo chileno os militares golpistas liderados pelo general Augusto Pinochet banhavam em sangue as ruas, praças e porões. Sangue daqueles que acreditavam e lutavam por uma nova perspectiva na América Latina.

"...Diante destes fatos só me cabe dizer aos trabalhadores: Não vou renunciar! Colocado numa encruzilhada histórica, pagarei com

minha vida a lealdade ao povo. E lhes digo que tenho a certeza de que a semente que entregamos à consciência digna de milhares e milhares de chilenos, não poderá ser ceifada definitivamente. Eles têm a força, poderão nos avassalar, mas não se detém os processos sociais nem com o crime nem com a força. A história é nossa e a fazem os povos..." Foram as últimas palavras em público de Allende, em pronunciamento na rádio.

Às centenas, brasileiros e brasileiras acorreram aquele país banidos pelo regime militar brasileiro que, como espelho para as demais ditaduras do continente, esmagou pelas baionetas a experiência democrática do governo João Goulart.

Atropelados por um novo golpe, alguns ficaram desaparecidos inicialmente nas masmorras estabelecidas no Estádio Nacional

e posteriormente nas casas de detenção que se proliferaram.

Recentemente, testemunhamos o suicídio de um general chileno que fora condenado pelo assassinato do cantor e compositor comunista Víctor Jara, morto barbaramente e depois esquartejado nas instalações do referido estádio.

Outro fato relevante foi a descoberta recente do envenenamento do poeta Pablo Neruda, dias após o golpe militar. Crime que, juntamente com o de Víctor Jara, demonstra o desprezo e o medo dos nazi-fascistas da cultura.

A memória de Salvador Allende permanece na sua inteireza nos corações e nas mentes dos valores democráticos e por uma sociedade mais justa e igualitária no mundo. Já os golpistas simbolizados pelo criminoso Augusto Pinochet estão no limbo da história. •

“É URGENTE SAIRMOS DESSA INÉRCIA QUE NOS PARALISA A TODOS”

O ex-ministro da Cultura trata da crise no audiovisual brasileiro, alerta para a precarização do trabalho no setor e no avanço das grandes plataformas de streaming: “O Brasil virou terra de ninguém”. Segundo Juca Ferreira, é hora de retomar a cultura como uma política de Estado para a formação de cidadãos e instrumento de identidade nacional

Bia Abramo e Guto Alves

A pesar dos bons ventos que sopram as políticas de fomento do Ministério da Cultura, o Brasil tem enfrentado uma verdadeira crise na indústria do audiovisual nacional: desde o cinema aos streaming de grandes companhias estrangeiras que invadiram o país e colocaram em desequilíbrio a relação com direitos autorais e trabalhistas do setor.

A pendenga é grande. Trabalhadores e entidades representativas de classe e das grandes emissoras e conglomerados de mídia brigam em Brasília em busca de regulação e garantias

de direitos autorais para todos. A solução é simples, afirma Juca Ferreira, ex-ministro da cultura de Lula e Dilma: é preciso ter pressa. “A gente já tem mais de oito meses de governo e ainda estamos quase sem inaugurar uma política [para o audiovisual] do terceiro governo Lula. Isso vai dando uma sensação de urgência, uma ansiedade, uma necessidade”, admite.

Juca fala sobre suas atividades na nova função, como assessor da Presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento e Social (BNDES). Aqui, compartilha suas ideias, análises, críticas

e projeções para o audiovisual nacional.

Apesar de afastar de si a ideia veiculada pela imprensa, a de que cuidaria apenas da economia criativa, Juca põe o dedo nas feridas do setor e defende a retomada urgente de uma estruturação programática, com organização, metas e, sobretudo, um observatório que trace diagnósticos de problemas, de demanda e que dialogue com o público brasileiro.

Juca, que tem uma carreira extensa na gestão da cultura e muita experiência na área, vê o futuro como otimismo: “Os BRICS estão gritando para nós como uma bola



quicando na porta do gol, pedindo para que a gente apresente um projeto de política cinematográfica, de audiovisual comum”, destaca. “Eu diria que em dez anos, nós podemos chegar entre os dez maiores distribuidores e exibidores e nossos produtos, poderão ocupar um espaço razoável do mercado mundial. Para isso, vai ter que ter investimentos e enfrentamento dos gargalos”.

A dificuldade do setor, no entanto, não reside apenas em deficiências públicas, aponta o sociólogo, que critica a pouca relação do que é criado com o público. “Vou apontar um grande erro: o cara tem uma ideia, transforma em roteiro, concorre num edital, ganha e faz o filme. Aí o filme está acabando e ele já está em outro projeto, outro edital”, aponta. “Não pode ser assim. Se produz para um mercado, se produz pra dialogar com as necessidades, os desejos, as vontades e

as tendências dos espectadores. Isso está pouco desenvolvido no Brasil. A dimensão principal do cinema, que é a relação com o público, não aparece como um fator importante na dinâmica da produção”.

Aos criadores, produtores e diretores, Juca pede que ouçam e vivam o Brasil profundo. Ele diz que ainda há muitas histórias e uma alegria viva que não é retratada. “Os europeus carecem um pouco de produção de felicidade. Eles precisam ter acesso a certas coisas que os povos pré-capitalistas tinham e que, pela desordem da formação do Brasil, ainda é vivo no Brasil. O corpo ainda é vivo no Brasil, fala. A alegria ainda é uma presença social forte. A celebração ainda é uma prática concreta no país. Não é só o carnaval, São João, festas de final de ano... A gente precisa transformar toda essa gente, essa qualidade, na possibilidade de sermos felizes

também. Nós não podemos nos enxergar apenas como máquinas produtivas”, diz.

Nesta entrevista, ele debate problemas como a regulação do streaming, e da importância do audiovisual brasileiro se estabelecer como uma indústria como qualquer outra, que precisa de planejamento e gestão. “[Hoje] não há valorização nem da obra de arte, nem do trabalhador, nem do roteirista, nem do técnico, nem de ninguém. Isso só se resolve com regulação”, aponta.

Focus Brasil – O senhor ocupa hoje o cargo de assessor do BNDES, com o presidente Aloizio Mercadante. Como tem sido esse trabalho?

Juca Ferreira – Quando eu fui contratado pelo BNDES, saiu na imprensa que eu iria cuidar da economia criativa, da cultura e da indústria cultural, mas não é verdade. Eu sou assessor do presidente

do BNDES, do Aloizio Mercadante. Um assessor de presidência é uma espécie de conselheiro que também recebe algumas tarefas executivas. A primeira grande tarefa executiva que eu recebi, e que partiu de uma proposta que já era minha, foi a de organizar este seminário sobre audiovisual [ocorrido em 30 de agosto, no Rio de Janeiro), porque o setor está parado e há uma erosão séria de tudo o que nós fizemos desde 2003.

– Exatamente essa que tem sido a queixa de muita gente do cinema, do audiovisual; a paradeira e a desconstrução de políticas públicas consolidadas. Como está vendo este cenário?

– A pandemia, somada ao governo passado, causou um estrago enorme no setor. Desde 2003, no primeiro governo Lula, o Ministério da Cultura criou uma política para o setor, investiu – e o que se investiu não foi pouco – para construir um novo ciclo do cinema e do audiovisual. Na verdade, a atenção ao audiovisual nem existia. Começou com a gente essa iniciativa de construir políticas e orientar investimentos. Tivemos muita discussão com o próprio setor. Por exemplo, cineastas, principalmente do Rio, e alguns de São Paulo, não queriam que a gente disponibilizasse recursos para todo o Brasil com uma argumentação de que, ao se tratar de indústria, teria que concentrar os investimentos.

E nós defendemos que a infraestrutura pode ser concentrada, mas há o lado cultural, a criatividade, a possibilidade de se ver na tela, de ter que ser disponibilizada para todo Brasil. Só pra vocês terem uma ideia da grandeza do que fizemos: quando o presidente Lula assumiu pela primeira vez, o Brasil fazia menos de dez filmes por ano. Em 2016, quando a Dilma foi afastada, nós estávamos fazendo 200 filmes por ano, saímos de 10 para 200. Não é pouca coisa,

mas não. E filmes feitos no Ceará, Pernambuco, lá na Região Amazônica, no Centro-Oeste, ou seja, as nossas políticas foram ultra bem-sucedidas, mesmo que com erros e insuficiências nos processos de construção.

– Quais os maiores desafios que a indústria do audiovisual brasileiro enfrenta?

– No caso dessa indústria, no Brasil, a indústria do cinema, do audiovisual, do cinema de animação e dos games, ela passa por etapas. Chegamos até o momento de es-

**O PREJUÍZO QUE
O GOVERNO
PASSADO CAUSOU
É MUITO MAIOR
DO QUE O QUE A
PANDEMIA CAUSOU.
A ANCINE PASSOU
A PERSEGUIR
ARTISTAS**

tar perto de precisar uma revisão geral. Por exemplo, o critério da quantidade de filmes é bom porque cria a possibilidade da produção em todo o Brasil: treina pessoas, treina a equipe técnica, os diretores. Nós tivemos um processo de construção bastante generoso, o que potencializou e muito a qualidade do cinema brasileiro. No entanto, chega um momento em que você tem 200 filmes, mas não tem onde exibir. Isso já mostra que é preciso uma política que articule produção, distribuição e exi-

bição. Era essa transformação que nós iríamos fazer quando veio o golpe em 2016, afastando a presidenta Dilma. De lá para cá, nós só tivemos a destruição. A pandemia praticamente inviabilizou as salas de exibição. Caímos para um número muito pequeno de espectadores, com raras exceções, como foi agora o caso da “Barbie”.

Agora, na verdade, o prejuízo que o governo passado causou é muito maior do que o que a pandemia causou. Se por um lado a pandemia quase inviabilizou a sala de exibição, a pandemia estimulou o streaming, que é também um mercado importante para o cinema e audiovisual. A pandemia criou um contexto negativo, mas não deixou até de participar de uma dinâmica que já vinha acontecendo, na verdade, ajudou a acelerar, que é essa possibilidade do consumo do audiovisual e do cinema via streaming. Agora, Bolsonaro desestruturou todo o sistema regulatório. Até a cota de tela que vem de Getúlio Vargas foi limada, afastada, foi dispensada. Os sistemas de fomento, incentivo e financiamento também foram inviabilizados.

– Qual a diferença do cenário que o primeiro governo Lula encontrou para agora, em 2023, duas décadas depois?

– Quando o presidente Lula foi eleito em 2022, encontramos um ambiente desolador. Agora, comparando com o ambiente de 2003, nós temos algumas condições melhores do que naquela época. Naquela época, quando o Lula foi eleito pela primeira vez em 2002 e assumiu em 2003, nós só tínhamos praticamente produção no Rio e São Paulo, uma ou outra esporádica em algum lugar do Brasil. E nós constituímos uma estrutura que ainda está viva. Está precária, com dificuldades gigantescas de sobreviver, mas tem aí uma estrutura de produção, de

distribuição, de exibição que não se desfez completamente. Há empresas que se fortaleceram muito nesse período todo dos governos Lula e Dilma e, hoje, competem com distribuidoras estrangeiras. Então, nós temos uma realidade que é bastante séria, negativa, mas que tem um potencial de uma retomada, pra gente construir um novo ciclo.

– Como reconstruir esse novo ciclo? Como deve ser?

– A construção exige o enfrentamento de uma série de desafios. O primeiro é que todos os órgãos públicos estão precários, nessa área de cultura em geral, mas particularmente na sua relação com o cinema e audiovisual: o Ministério da Cultura, a Ancine, o BNDES... A ação predatória e de hostilidade ao cinema e ao audiovisual teve um efeito bastante devastador. A primeira grande tarefa é fazer o dever de casa. É preciso que os órgãos que se relacionam direta ou indiretamente com cinema e audiovisual façam mais do que uma faxina, façam um reordenamento interno urgente para que possam voltar a ter eficiência. Caso contrário, vão ficar enxugando gelo e fazendo marketing vazio. Todos têm que fazer isso e eu não sou a palmatória do mundo, não cabe a mim botar o dedo nas perebas.

Eu gosto de ser parte da solução, mas é preciso analisar com sinceridade a situação em que ainda estamos. E, a partir daí, é preciso constituir imediatamente uma grande articulação de todos os setores públicos e a gente construir um plano de ação harmônico, articulado e planejado, comum. Só que ainda tem militares dentro, trabalhando no governo Lula, trabalhando para hostilizar os produtores, militares que foram pra lá para isso. Por que nós não temos autonomia para botar o dedo onde precisa ser posto e modificar a situação? É preciso urgentemen-

te fazer um diagnóstico comum, o que foi um dos desafios na preparação deste seminário. Nós, no BNDES, nos reunimos com quase 100 pessoas do setor: produtores, distribuidores, artistas e nós. Estamos com um diagnóstico praticamente pronto de onde estão os estrangulamentos, os ativos que a gente ainda tem...

Muita gente fala da Coreia do Sul, toma como exemplo. A Coreia do Sul saiu de índices menores do que o nosso, índices de público, de capacidade de fazer filme e hoje está bombando. Tudo foi

O QUE TEM QUE FAZER É, ENFRENTAR OS GARGALOS, OS ERROS QUE JÁ ESTÃO DETECTADOS E PARTIR PARA ORGANIZAR ESSE NOVO CICLO

fruto de uma política consciente e articulada em cima de um diagnóstico onde o poder público e os setores privados se mobilizaram para alavancar essa grande economia do cinema e do audiovisual. Agora, nossa experiência passada não pode ser desprezada também não. A gente sai de menos de 10 filmes para 200, criamos uma estrutura de produtores em todos os estados, todas as capitais do Brasil. O que a gente tem que fazer é, na verdade, enfrentar os gargalos, as insuficiências, os erros que já

estão devidamente detectados e partir para organizar esse novo ciclo mais permanente.

– Entrevistamos recentemente a Marisa Leão [ex-presidente da Riofilme e produtora executiva de cinema], e uma coisa que ela cobra é um plano de metas. Segundo ela, não adianta distribuir fomento sem ter uma meta do que a gente quer para o audiovisual brasileiro. Como deve ser estabelecida essa meta?

– Não é só a meta. A gente tem que definir as metas e fazer um planejamento estratégico, onde estarão as metas. Eu diria que em dez anos, nós podemos chegar entre os dez maiores distribuidores e exibidores e nossos produtos poderão ocupar um espaço razoável do mercado mundial. Para isso, precisamos ter investimentos e enfrentamento dos gargalos. Como disse, na estrutura pública, tem gargalo em todos os órgãos, todos eles agravados pela pandemia e pelo governo passado. São precariedades estruturais, falta de profissionalismo, dificuldade de planejamento, falta de dados etc. Vamos ter que criar um observatório, vamos ter que fortalecer a infraestrutura. A infraestrutura existente não é suficiente para dar sustentação ao novo ciclo. Já não foi da vez passada e agora que não será mesmo. Com a ambição que estamos tendo de exportar os filmes, o audiovisual brasileiro, e criar uma política consistente de ocupação do nosso mercado para sair dos números bastante precários para, se possível, mais da metade do mercado ser ocupado pelo cinema e pelo audiovisual brasileiro.

Para acontecer tudo isso, precisa de formação de quadros em todas as áreas técnicas e de produção artística e de estratégia para botar o nosso produto no mercado internacional. Podemos pensar em criar um mercado comum na

América Latina e criar um sistema de coprodução, de intercâmbio com os BRICS [o grupo de países integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul]. Os BRICS estão gritando para nós como uma bola quicando na porta do gol, pedindo para que a gente apresente um projeto de política cinematográfica, de audiovisual comum. Só os países que constituem os BRICS, representam mercado gigantesco. A América Latina, outro – e aí podemos incluir os países africanos de língua portuguesa e os de língua espanhola, Portugal e Espanha... Ou seja, a gente tem aí um mercado potencial enorme e precisa organizar esse processo. Temos que pensar a longo, médio e curto prazo.

A longo prazo, temos que investir na formação de quadros, temos que investir em uma infraestrutura, temos que criar as estratégias de ocupação do nosso mercado e de distribuição satisfatória no mercado mundial. Agora, a curto prazo, é cota de tela, regulação do streaming no Brasil e regulação das ações das grandes plataformas. E no momento, as plataformas são predatórias: se apropriam do direito autoral e do direito patrimonial, encostam a faca no pescoço das empresas brasileira, então precarizada pela ação do governo passado e tomam praticamente o direito patrimonial sem nenhuma chance de negociação e se apropriam também pela precariedade do nosso pessoal do direito autoral. É necessário regular o mercado logo, para ontem. É urgente sair dessa inércia.

– Na pandemia o streaming cresceu, mas esse é um movimento que já vinha crescendo em investidas, sem regulamentação e adequação de leis trabalhistas. Nesse meio tempo, muitos profissionais se formaram e se prepararam para entrar na indústria, como

roteiristas, mas encontraram uma situação de contratos abusivos e uma relação predatória com produtoras. Como arrumar essa bagunça com o avião do setor pronto pra decolar?

– Precisa ser saudável [a indústria do audiovisual]. Saudável para todo mundo. Proteção para os nossos autores, para nossos técnicos, para nossos empresários. Como tem no mundo todo. O mundo inteiro está regulando o streaming, regulando as operações no seu território dessas pla-

OS BRICS ESTÃO GRITANDO PARA NÓS PEDINDO PARA QUE A GENTE APRESENTE UM PROJETO DE POLÍTICA CINEMATOGRAFICA COMUM

taformas globais. Onde não tem regulação, eles [streamings estrangeiros] operam de uma forma, eu não vou dizer selvagem, porque o selvagem não tem nenhuma responsabilidade sobre isso, mas de uma maneira animalasca, eles querem devorar o que nós construímos e querem se apropriar. Os nossos artistas, produtores, roteiristas, técnicos vão trabalhar por um pagamento aviltado porque não tem condição de negociação, não tem regulação, é terra de ninguém. O Brasil virou terra

de ninguém na área do cinema e do audiovisual. E sabe o que é que eles dizem? Eu ouvi de uma dirigente mundial de uma dessas plataformas. “Quando existem leis, nós cumprimos. Quando não existe, nós avançamos”. É assim.

– Toda essa chamada “retomada descentralizada” do cinema brasileiro, apesar dos erros mencionados, estimularam muito a produção nacional. Quando o senhor foi secretário de Cultura do governo Haddad [na prefeitura de São Paulo], a questão da distribuição e da exibição dessa produção já estava posta e uma das soluções foi a criação da SPCine. Como serão enfrentadas essas questões agora, em escala nacional? Como organizar essa indústria?

– Criamos uma empresa pública com o SPCine, que continua dando certo, porque quem nos substituiu na prefeitura deu prosseguimento ao projeto. Agora, eu estou falando das dificuldades do lado público porque hoje são principais, mas há dificuldades também do lado dos que fazem cinema no Brasil. O cinema brasileiro ainda não chegou a uma equação de leitura do que é o mercado nacional. Todo o mercado cinematográfico e do audiovisual é segmentado, tem gostos variados que apontam para filmes diversos. O cinema americano é ultra nichado. Lá, eles chegam a prever exatamente quais territórios querem ocupar e os filmes são feitos em função dessa expectativa. Eles têm mecanismos permanentes de leitura do mercado, são capazes de detectar tendências para isso. Aqui, vai ser necessário criar um observatório para que a gente possa ter essa capacidade, essa agilidade na relação com o mercado. Agora eu vou apontar um grande erro: o cara tem uma ideia, transforma em roteiro, concorre num festival, aí ganha um edital e consegue

os meios para fazer o filme. Aí o filme está acabando, ele já está correndo para outro projeto, tem outro edital... Ou seja, a dimensão principal, que é a relação com o público, não aparece como um fator importante na dinâmica da produção. Não pode ser assim. Se produz para um mercado, se produz para dialogar com as necessidades, os desejos, as vontades, as tendências dos espectadores. Isso está pouco desenvolvido no Brasil, muito pouco desenvolvido. É uma arte industrial. O cinema é uma atividade industrial complexa, que envolve muitos setores e envolve grandes investimentos. Então, tem que ter um diálogo, mas não precisa submeter a estética. Você ainda pode pensar o seguinte: faremos filmes para o mercado ou filmes que contribuirão para o desenvolvimento da linguagem que, mesmo tendo um público menor ou até insignificante, vai contribuir para o avanço da atividade. O que não pode é fazer por nada, isso não pode. Essa é a lógica de erro que não é de ninguém, é uma lógica que se estabeleceu espontaneamente exatamente pela falta de mecanismos de relação com o público. Essa é a grande diferença com a Coreia, com os Estados Unidos, com a própria Argentina, que foi um país que criou mecanismos de atender demandas do público.

– Se pensarmos na Coreia, para cada “Parasita”, por assim dizer, se produz uma baciada de dorama para adolescente. E ao país interessam ambos. E aqui, como resolve esse nó?

– Não é difícil resolver. É o que eu disse: nós temos desafios de longo, médio e de curto prazo. Primeiro, organizar a casa de cada órgão, criar essa estrutura articuladora para definir a política de Estado. E nas nossas próprias regras de aprovação, vamos ter que prever os filmes que contribuem para linguagem, que são impor-

tantes culturalmente, e os filmes para o mercado. O ideal é que os dois critérios estejam nos mesmos filmes, mas às vezes não acontece isso. Você falou na Coreia: também se produz muita bobagem lá, mas é bobagem que o público gosta. Então, gera dinheiro, gera economia. A gente tem que ter uma visão complexa sobre isso, não banalizar o cinema e audiovisual, mas ao mesmo tempo não ignorar a necessidade de dialogar com o público e satisfazer suas demandas e necessidades. Isso

NINGUÉM DUVIDA QUE O BRASIL TEM POSSIBILIDADES DE FAZER GRANDES FILMES. QUALQUER CINEASTA VAI CITAR UM GLAUBER ROCHA COMO UMA REFERÊNCIA

já tem que estar na própria regra. E a gente tem que ter um observatório para fazer a prospecção das tendências, porque o público muda muito. O que ele quer assistir hoje, pode não querer amanhã. Então, sim, é preciso agilizar a liberação dos recursos, o tempo entre a aprovação de um projeto e a liberação do recurso. O tempo no Brasil é muito demorado, burocrático. Não é possível se construir filmes competitivos num mercado que tem concorrentes extremamente elaborados e experientes

com essa agilidade de paquiderme. Não pode.

– Com sua experiência, como gestor de cultura, como está lendo o Brasil de hoje? De que histórias precisamos?

– Vamos fazer uma pequena diferenciação. Uma coisa é o gosto do público, outra coisa é o que o Brasil precisa. Às vezes, o público ainda não sabe que precisa. Então, o cinema tem uma função pedagógica também de formação da nação, de formação, de cidadania e de valores. Esse é o lado mais cultural. O outro lado é a demanda concreta. E temos que aprender a combinar isso no nosso cinema e no nosso audiovisual. Todo produto industrial tem um nível de planejamento bastante rigoroso. Por exemplo, um fabricante de sabonete, ele quer entrar no mercado. Ele sabe que ele vai precisar fabricar um certo número de sabonetes para que em cada gôndola de um supermercado tenha um certo número para estar ali exposto. Aquele sabonete tem que ser fruto de pesquisa, que vão dizer que tem que ter certas características de cheiro, consistência; o nome e o rótulo vão ter de atender a certas fantasias e necessidades do público. E a determinação do público vai constituindo o produto de alguma maneira. Todo o processo anterior de preparação e de fabricação é em função de atingir aquele resultado. No cinema, há processos semelhantes. É preciso ter um planejamento, saber aonde se quer chegar e isso tem que dialogar com a dimensão cultural, com essa outra dimensão que é a necessidade da nação de elevação do nível cultural, de informação, de formação de valores, de fortalecimento da nossa democracia – que ainda está em perigo – de fortalecimento da sustentabilidade da nossa sociedade, de preparar a nossa população com

a vida mais sustentável... Tudo isso, todos esses processos têm que estar combinados com as necessidades da demanda, senão a gente faz bons filmes que só vão passar em sala de aula, que os alunos serão obrigados a assistir.

– O cinema brasileiro não começou ontem. Por que até hoje não se compreendeu qual é a demanda do público?

– Tem que ter uma sinergia, uma sedução do público, tem que satisfazer certas expectativas. É nessa construção que está nosso lado mais fraco e foi o que nos diferenciou dos coreanos e de outros cinemas bem sucedidos. Nós temos que retomar o que fazíamos, aprimorar o que é esse conjunto de medidas, regulações, processos de fomento e incentivo e, por outro lado, mudar a lógica do cinema no sentido de que ela é uma arte industrial e que vai ter que ter um diálogo com o público, senão não se sustenta, se é precário o tempo inteiro. E nós temos essa possibilidade. Ninguém duvida que o Brasil tem possibilidades de fazer grandes filmes e filmes de interesse do público. Qualquer cineasta do mundo vai citar um Glauber Rocha como uma referência. “Limite”, do Mario Peixoto [1931, Rio de Janeiro], está em qualquer lista dos 100 maiores filmes feitos no mundo. A gente já tem uma estrada, já tem um trabalho feito. É preciso retomar essa grandeza. Eu ouvi um exibidor dizer o seguinte – ele disse exatamente isso que eu vou dizer: “Eu ganho mais dinheiro com o cinema americano, mas eu sou um velho militante do cinema brasileiro. Às vezes, eu quero passar um filme brasileiro, mas não tem um na praça para satisfazer a necessidade do mercado naquele momento”. Ou seja, não basta a cota de tela. Cota de tela garante um mínimo, mas o cinema tem que ter um conjunto de produções que sejam capazes de atender várias expectativas de um

mercado consumidor segmentado. Já está meio óbvio isso e acho que essa vai ser uma grande mexida nesse novo ciclo.

– Como convencer o setor privado de que investir em cultura, no audiovisual, não é “gastar dinheiro” ou uma ação de promoção de marca?

– O cinema brasileiro já é superavitário em relação ao investimento do poder público. Além de gerar emprego, tem toda uma conotação de mobilização de vários setores pela complexidade da pro-

**VOCÊ TEM QUE IR
NO NÚCLEO DURO
DO PROBLEMA
PARA ABARCAR
TODO O UNIVERSO,
SENÃO VOCÊ
SE PERDE, SEM
CAPACIDADE
DE MUDAR**

dução. Agora, não podemos falar só de cinema. Tem o cinema de animação e os games. Os games brasileiros estão entrando no mercado mundial sem a gente perceber, apesar de toda precariedade, tecnológica. Então a gente tem que falar dos três e só até a segunda página a gente pode falar em termos comuns. Em seguida, é preciso diferenciação de pessoas, de estratégias distintas, de compreensão desses mercados e modos de produção distintos.

A gente já tem mais de oito meses de governo e ainda estamos quase sem inaugurar uma política do terceiro governo Lula. Isso foi dando uma sensação de urgência, uma ansiedade, uma necessidade. E nós construímos algo sinérgico com esse seminário. Os órgãos públicos estão dispostos a contribuir para a construção desse novo ciclo, todos os setores do cinema e do audiovisual se interessaram. Nós temos catalogado uma quantidade enorme de desafios. A questão de aprofundar mais a regionalização e a capacidade de produzir em todo o Brasil. Os gargalos de mercado: a questão da exibição, por exemplo. É preciso recuperar as salas de exibição. Vários países na pós-pandemia já estão conseguindo avançar nos índices de público nas salas de exibição. O Brasil até agora não fez grandes coisas nessa área, então tem um conjunto de problemas graves e urgentes que não couberam no seminário.

– Durante a pandemia, por conta da paradeira da produção, o mercado de formação de profissionais do audiovisual foi grande, mas os pequenos produtores e criadores iniciantes não conseguem botar as coisas para fora. Esse seminário do BNDES discutiu esse problema?

– Só de leve, de passagem, mas esse é um tema importante. Quando você pensa essa economia, como ela é uma economia cultural, você tem que pensar no ecossistema como um todo. Política de formação de circulação, circuitos de exibição alternativos. Na Europa, por exemplo, tem um circuito universitário que passa também por centros culturais que é economicamente poderosíssimo. Já pensou criar capacidade de exibição em todas as universidades e nas faculdades, nos centros culturais? Talvez você chegue rapidamente a um mercado exibidor

maior do que esse comercial que nós temos. Tudo isso foi e está sendo equacionado. Agora, você tem que ir no núcleo duro do problema para abarcar todo o universo, senão você se perde, fica numa ação dispersiva, sem capacidade de mudar a qualidade do problema. Eu acho que a gente está tendo consciência dessa vez da radicalidade que nós temos que ter com um planejamento que tenha um caráter estratégico de longo prazo e, ao mesmo tempo, em frente às questões mezinhas, imediatas, como é a regulação do streaming, voltar aos editais e a reorganizar o Conselho Nacional do Cinema e do Audiovisual.

– Um grande desafio e uma urgência é o empoderamento da classe trabalhadora do setor. Nos Estados Unidos ocorre a maior greve de roteiristas unidos a atores em 50 anos. No Brasil, entidades representativas de classes do setor têm brigado em Brasília por regulação e por direitos autorais. Como avalia essa briga?

– Quando a gente fala em regular a presença das plataformas do streaming é para garantir a proteção dos trabalhadores, dos diretores, dos roteiristas, dos técnicos, dos distribuidores, dos que trabalham nessas empresas cinematográficas e do audiovisual. O mercado desregulado tende à uberização e à precarização. Repito: a gente virou terra de ninguém total. E não há valorização nem da obra de arte, nem do trabalhador, nem do roteirista, nem do técnico, nem de ninguém. Isso só se resolve com regulação.

– Como é que você está vendo o clima político em geral e esse começo do “Lula três”?

– Eu acho que o governo está bem. Lula é um gigante, que vai virar o principal líder do Sul Global e um dos maiores líderes da con-

juntura mundial. E isso falando de paz, falando com sinceridade de que a responsabilidade da guerra da Ucrânia é da OTAN, que tenta cercar por míssil a Rússia; e é da Rússia, que quebrou um paradigma e invadiu o território. É preciso que se reponha uma certa racionalidade para que a gente possa restabelecer o ambiente de paz. A paz lá da Ucrânia é importante porque está sendo construído um clima de Guerra Fria no mundo, o que não interessa a ninguém e é uma tentativa de parar o processo de hegemonização da economia

A GESTÃO PASSADA TINHA DESESTRUTURADO A PRESENÇA DA CULTURA NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PAÍS

mundial por parte da China. Isso é muito perigoso – quando o complexo industrial militar determina as políticas do Ocidente. E Lula também é um defensor da justiça social. Abraçou a defesa da Amazônia, o que vai se ampliar para paradigmas de valores e indicadores de sustentabilidade no projeto de desenvolvimento do país. O Brasil está voltando a ser um personagem importante no cenário internacional. Estamos bem na economia, com todas as dificul-

dades do mundo, porque houve uma demolição gigantesca. Mas vai acontecer a reindustrialização e a política brasileira é medíocre mesmo. O ambiente é bastante poluído. Apesar de tudo isso, estamos recuperando o caminho da democracia e o caminho do desenvolvimento. O padrão de vida da população está melhorando aos pouquinhos. Agora, é preciso incluir a cultura. A cultura precisa estar no núcleo central do projeto de desenvolvimento do país.

A extrema direita está perdendo força no Brasil, mas tem uma base cultural reacionária, conservadora e misógina. E a forma de contornar isso, não tem outra, é a cultura, meu irmão. Cultura na escola, na formação de valores. Eu estive uma vez com a ministra da Educação da Alemanha, e perguntei: “Como é que vocês formam essa consciência ambiental e de sustentabilidade aqui na Alemanha, ao ponto de abrirem mão de um certo conforto para adotar padrões energéticos saudáveis?” Ela disse: “A educação na Alemanha tem três objetivos. A primeira é formar novas gerações para o mercado de trabalho e a segunda é criar uma sociedade tolerante. A base cultural da Alemanha não é propensa à convivência com o diferente. Então, é preciso que a educação reconheça a Alemanha como uma sociedade plural e ajude a consolidar essa relação para não gerar distorções sociais. E o terceiro grande objetivo é a sustentabilidade. Estamos formando novas gerações que têm introjetado na consciência a importância de comportamento responsável com a natureza e com o planeta”. Eu achei genial isso, mas na saída eu tive uma ideia: faltou um componente que é equipar os indivíduos e a sociedade das novas gerações para que tenham acesso a uma possibilidade de felicidade, de realização plena de uma subjetividade complexa. •



भारत 2023 INDIA

वयुधैव कुटुम्बकम्

ONE EARTH • ONE FAMILY • ONE FUTURE



ESPERANÇA Ao assumir a liderança do G20, Lula fez a defesa enfática de uma aliança mundial contra a fome e a desigualdade, além de uma reforma dos organismos multilaterais para reforçar a participação de países emergentes

LUTA GLOBAL CONTRA A FOME

O líder brasileiro recebe a presidência do G20 e propõe uma aliança mundial contra a fome e a desigualdade. Presidente diz que mudanças climáticas e a luta por governança global também são prioridades e volta a cobrar ajuda dos países ricos

Depois de sete anos de tropeços no plano internacional, por conta do Golpe de 2016 que tirou Dilma Rousseff do poder numa manobra de líderes da oposição e traidores e da ascensão ao poder de um político porta-voz da extrema-direita, o Brasil segue em ascensão no palco internacional, resgatando sua liderança. No domingo, 10, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu a presidência do G20, durante o encerramento da 18ª Cúpula de Chefes de Governo e Estado do grupo que reúne as

20 maiores economias do planeta. Durante a cerimônia, realizada em Nova Déli, na Índia, Lula recebeu a liderança do bloco das mãos do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi.

Lula fez questão de mostrar que vai tornar a liderança do G20 em uma plataforma em defesa da construção de um mundo mais justo e que a luta contra a fome deve ser encampada por todos os líderes globais. “Apesar de todos os esforços, nossa família está cada vez mais desunida. O que nos divide tem nome: é a desigualdade, e ela não para de cres-

cer. Há dois séculos, a renda dos mais ricos era 18 vezes maior do que a dos mais pobres. Hoje, em plena quarta revolução industrial, a renda dos mais ricos é 38 vezes a dos mais pobres”, alertou.

A presidência brasileira no G20 terá três prioridades: a inclusão social e a luta contra a desigualdade, a fome e a pobreza; o enfrentamento das mudanças climáticas e a promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; e a defesa da reforma das instituições de governança global, que reflita a geopolítica do presente.

“Todas essas prioridades estão contidas no lema da presidência brasileira, que diz ‘Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável’”, disse Lula durante discurso no encerramento do encontro. Ele anunciou que serão criadas duas forças-tarefas: a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e a Mobilização Global contra a Mudança do Clima.

Em Nova Déli, o presidente lembrou a tragédia no Rio Grande do Sul em decorrência da passagem de um ciclone extratropical, que deixou mais de 40 mortos e quase 50 desaparecidos. Oitenta e oito municípios do Rio Grande do Sul decretaram estado de calamidade pública. “Isso nos chama a atenção porque fenômenos como esse têm acontecido nos mais diferentes lugares do nosso planeta”, apontou. Lula voltou a cobrar recursos de países ricos contra aquecimento global. “A natureza continua dando demonstração de que nós precisamos cuidar dela com muito mais carinho”, disse.

Lula reforçou que a preocupação com a fome a injustiça social precisa ser de todos. “Precisamos redobrar os esforços para alcançar a meta de acabar com a fome no mundo até 2030, caso contrário estaremos diante do maior fracasso multilateral dos últimos anos. Agir para combater a mudança do clima exige vontade política e determinação dos governantes, e também recursos e transferência de tecnologia”, destacou.

Ele ressaltou ainda a necessidade de que países emergentes tenham mais participação nas decisões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). “A insustentável dívida externa dos países mais pobres precisa ser equacionada. A OMC [Organização Mundial do Comércio] tem que ser revitalizada e seu sistema de solução de controvérsias precisa voltar a funcionar. Para recuperar sua força política, o

Ricardo Stuckert



PROTAGONISMO Lula posa junto com outros líderes do Sul Global e do americano Joe Biden. Brasil é porta-voz de uma agenda contra a pobreza

Conselho de Segurança da ONU precisa contar com a presença de novos países em desenvolvimento entre seus membros permanentes e não permanentes”, defendeu.

A presidência brasileira do G20 começa em 1º de dezembro de 2023 e se encerra em 30 de novembro de 2024. A agenda do grupo será decidida e implementada pelo governo do Brasil, com apoio direto da Índia, última ocupante da presidência, e da África do Sul, país que exercerá o mandato em 2025. Esse sistema é co-

nhecido como troika e é um dos diferenciais do grupo em relação a outros organismos internacionais. Entre dezembro de 2023 e novembro de 2024, o Brasil deverá organizar mais de 100 reuniões oficiais em várias cidades do país, que incluem cerca de 20 reuniões ministeriais, 50 reuniões de alto nível e eventos paralelos. O ponto alto será a 19ª Cúpula de chefes de Estado e governo do G20, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro.

De acordo com Lula, no G20, o Brasil pretende organizar os trabalhos em torno de três orientações gerais. Primeiro, ele propõe uma aproximação entre a trilha de política, mais ampla e onde se discutem políticas públicas, e a trilha de finanças, onde se discutem as questões de financiamento, de forma que “se coordenem e trabalhem de forma mais integrada”. “Não adianta acordarmos a melhor política pública se não alocarmos os recursos necessários para sua implementação”, avaliou.

À frente do G20, Lula deve criar ainda um canal de diálogo entre os líderes e a sociedade civil, assegurando que os grupos de engajamento da sociedade, entidades de classe e órgãos públicos tenham a oportunidade de reportar suas conclusões e recomendações aos representantes de governo. Para o presidente, também é preciso

**“PRECISAMOS
REDOBRAR OS
ESFORÇOS PARA
ACABAR COM A
FOME ATÉ 2030.
OU ESTAREMOS
DIANTE DO MAIOR
FRACASSO DO
MULTILATERALISMO”**

evitar discussões sobre questões geopolíticas, como guerras, para não esvaziar a agenda de discussões das várias instâncias do bloco. “Não nos interessa um G20 dividido. Só com uma ação conjunta é que podemos fazer frente aos desafios dos nossos dias. Precisamos de paz e cooperação em vez de conflitos”, disse.

É a primeira vez que o Brasil assume a presidência do G20 desde a sua criação, em 1999. O país esteve presente desde o início, quando as 20 maiores economias do mundo se reuniram com o objetivo de buscar uma solução para a grave crise financeira que abalou todos os mercados e que levou à quebra de um número enorme de bancos e outras companhias. O grupo reunia, à época, apenas ministros de finanças e presidentes de bancos centrais. Em 2008, para enfrentar nova crise financeira internacional, passou a ter o formato atual, com chefes de Estado e de governo.

“Nossa atuação conjunta nos permitiu enfrentar os momentos mais críticos, mas foi insuficiente para corrigir os equívocos estruturais do neoliberalismo”, disse Lula. “A arquitetura financeira global mudou pouco e as bases de uma nova governança econômica não foram lançadas. Novas urgências surgiram, os desafios se acumularam e se agravaram, vivemos num mundo em que a riqueza está mais concentrada, em que milhões de seres humanos ainda passam fome, em que o

desenvolvimento sustentável está sempre ameaçado, em que as instituições de governança ainda refletem a realidade de meados do século passado”.

Para o líder brasileiro, a redução das desigualdades deve estar no centro da agenda internacional. “Só vamos conseguir enfrentar todos esses problemas se tratarmos da questão da desigualdade. A desigualdade de renda, de acesso à saúde, educação e alimentação, de gênero e raça e de representação está na origem de todas essas anomalias”, destacou.

**“A ARQUITETURA
FINANCEIRA GLOBAL
MUDOU POUCO E
AS BASES DE UMA
NOVA GOVERNANÇA
ECONÔMICA NÃO
FORAM LANÇADAS.
NOVAS URGÊNCIAS
SURGIRAM”**

Além dos líderes dos países-membros do G20 - África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia -, participaram da cúpula, na condição de convidados da presidência indiana, os líderes de Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Maurício, Nigéria, Omã, Países Bai-

xos, Singapura e União Africana.

O G20 é responsável por mais de 80% do PIB mundial, 75% do comércio global e 60% da população do planeta. O principal documento resultante da 18ª Cúpula do G20 foi a Declaração de Líderes, que incluiu temas como necessidade do desenvolvimento sustentável, da cooperação econômica e científica, de ações contra desigualdade e da redução do sofrimento causado pelas guerras. •

LULA VISITA MEMORIAL A GANDHI

O presidente brasileiro Luiz Inacio Lula da Silva ficou verdadeiramente emocionado durante sua visita a Raj Ghat em Nova Deli, onde prestou homenagem ao seu líder Mahatma Gandhi. Ele traçou um paralelo entre o trabalho que deu início ainda nos anos 1970 e no movimento sindical e a luta não violenta de Gandhi.

Enquanto os líderes globais se reuniam no Memorial Mahatma Gandhi antes do segundo dia da Cúpula do G20, o presidente Lula compartilhou seus sentimentos em seu discurso final, dizendo: “Pessoalmente, fiquei muito tocado e emocionado quando fui prestar homenagem ao nosso querido Gandhi hoje”, informou.

O primeiro-ministro Narendra Modi, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, o presidente da Indonésia, Joko Widodo, e o Lula deixaram uma coroa de flores no Raj Ghat para prestar homenagem a Gandhi, no domingo, 10.

“Todo mundo sabe que na minha vida política, Mahatma Gandhi tem um grande significado porque a luta contra a não-violência foi um modelo que eu segui por muitas décadas quando estava no movimento sindical. É por isso que estou muito emocionado”, acrescentou.

O Raj Ghat é um memorial e local onde se encontram as cinzas de Mahatma Gandhi. Consiste em uma plataforma de mármore negro, sobre a qual está colocada uma chama eterna, que não se apaga. Gandhi foi cremado ali em 31 de janeiro de 1948, e abriga os restos mortais de outros líderes indianos. •



Divulgação

RETOMADA DOS NEGÓCIOS O vice-primeiro-ministro de Cuba, Ricardo Cabrisas Ruiz, recebe o ex-senador Jorge Viana (PT-AC), presidente da ApexBrasil, além de empresários e outros representantes do governo brasileiro

UM NOVO TEMPO PARA BRASIL E CUBA

Sob orientação de Lula, o governo volta sua atenção para a ilha de Fidel e busca desfazer a estratégia criminosa de Bolsonaro para isolar o país na comunidade internacional. Presidente da ApexBrasil, Jorge Viana tem audiência com o vice-primeiro-ministro Ricardo Cabrisas Ruiz para restabelecer o compromisso de desenvolvimento e parceria entre as duas nações. Missão comercial esteve em Havana para recriar ambiente de negócios

A volta da diplomacia presidencial vem refazendo as alianças e compromissos históricos definidos pelo Itamaraty nos últimos 20 anos, retomando o compromisso do Brasil com um ambiente de respeito e colaboração com

outras nações. Depois da África, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início a um movimento para refazer parcerias com países da América Central e Caribe, definindo um plano de ação para estreitar os laços com Cuba e reposicionar o Sul Global. E a iniciativa passa por ampliação

das relações comerciais, culturais e políticas com os países da região.

Na última semana, as relações entre Brasil e Cuba voltaram a ser prioridade para Brasília e Havana, no esforço dos presidentes Lula e Miguel Díaz-Canel para colocar todos os esforços

para estabelecer um novo patamar entre os dois povos. Lula e Díaz-Canel buscam aproveitar a tradição dos laços históricos e culturais entre Brasil e Cuba para dar um novo impulso nas relações políticas, diplomáticas e comerciais. Lula desembarca em Cuba na quinta, 14, antes de seguir viagem para Nova York, onde participa da reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Na última terça-feira, 5, o vice-primeiro-ministro do governo de Cuba, Ricardo Cabrisas Ruiz, recebeu pela manhã o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), o ex-senador Jorge Viana (PT-AC), além de uma comitiva de empresários e outros representantes do governo brasileiro. Na pauta do encontro, novos arranjos e um cronograma de trabalho para ampliação dos negócios entre os dois países ao longo dos próximos meses. “Não tem porque o Brasil continuar de costas para Cuba e toda a região do Caribe. Este erro cometido por Jair Bolsonaro atrasou em pelo menos dez anos a parceria que temos com Cuba e outros países emergentes”, disse Viana.

A iniciativa para estreitar os laços entre os dois países, retomar projetos de cooperação e desenvolvimento econômico e social, além de estabelecer uma parceria produtiva entre Cuba e Brasil é desejo dos dois governos. Viana ouviu palavras de incentivo e empolgação no encontro com o vice-primeiro-ministro. “A volta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder e a projeção de sua liderança no mundo é bem-vinda para toda a região das Américas e para os nossos povos”, disse Cabrisas Ruiz, que também é ministro de Comércio Exterior e Investimen-

to Estrangeiro.

“O presidente Lula sempre deu grande importância às relações entre o Brasil e os países vizinhos da América do Sul, Central e Caribe, assim como com os países do continente africano. Nós somos conhecidos pelo respeito aos outros governos. E agora, sob Lula, o Brasil retoma este compromisso de ampliar e fortalecer sua política externa. Estamos diante de um novo momento histórico da diplomacia brasileira e com muitas oportunidades para promovermos uma

JORGE VIANA: “NÃO TEM PORQUE O BRASIL CONTINUAR DE COSTAS PARA CUBA E TODA A REGIÃO DO CARIBE. ESTE ERRO FOI COMETIDO POR JAIR BOLSONARO”

parceria estratégica entre Brasil e Cuba”, disse Jorge Viana.

O ex-senador tem experiência e esteve à frente de inúmeras missões internacionais quando estava no Congresso. No encontro com Cabrisas Ruiz, um dos grandes quadros políticos do governo cubano, contemporâneo de Fidel Castro na revolução e membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, Jorge Viana mostrou que o Palácio do Planalto quer deixar

os erros cometidos no passado recente para trás. Ele declarou que a visita de Lula a Cuba esta semana vai restabelecer os laços entre o povo brasileiro e cubano e tem um grande significado histórico para o novo momento do Brasil no cenário internacional. “Nos últimos seis anos, vivemos um apagão institucional do Brasil. Isso agora mudou com a volta da diplomacia presidencial”, lembra.

O Brasil é o quarto maior fornecedor de produtos para Cuba, atrás da Espanha, China e Estados Unidos. “Vamos desenvolver uma estratégia de trabalho para ampliar as compras e vendas de produtos entre os dois países. Não faz mais sentido a política de isolamento comercial que o Brasil vinha experimentando e estabelecendo desde 2019. É a hora de avançarmos nos negócios para retomar o fluxo comercial com Cuba e toda a região do Caribe”, diz Jorge Viana. Ele lembra que, apenas no setor de turismo, Cuba e outros países da região recebem anualmente um fluxo de 50 milhões de turistas. O potencial para novos negócios é enorme e pode ser o início de um novo ciclo de desenvolvimento para os dois países.

A missão comercial brasileira que esteve em Cuba durante quatro dias levou empresários dos setores de agricultura e alimentos, energia, indústria farmacêutica e de máquinas e equipamentos de transporte e produtos químicos, além de transporte aéreo. Desde 2019, a compra de produtos cubanos e a venda de produtos e serviços brasileiros vem caindo paulatinamente, fruto da estratégia equivocada do governo Jair Bolsonaro de romper as relações históricas do Brasil com Havana. “Isso foi um erro grave porque só promoveu prejuízos aos dois países”, destacou Viana. “Vamos

voltar a fazer negócios e promover um jogo de ganha-ganha para todos em Cuba e no Brasil”.

No encontro com o vice-primeiro-ministro, o presidente da ApexBrasil anunciou a assinatura de um memorando de entendimento com ProCuba, a agência que opera a promoção de produtos e serviços de Cuba, órgão ligado ao Ministério de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro. A ideia é estabelecer um cronograma de trabalho e projetos e ações na áreas de qualificação, inteligência e gestão de negócios, que permitam ampliar a compra e venda de produtos e serviços entre os dois países. “Temos tudo para estabelecer um novo momento na relação com Cuba”, aposta Viana.

Com população de 11,3 milhões de pessoas e um PIB de US\$ 24,3 bilhões, Cuba mantém relações comerciais com o Brasil desde a redemocratização e o fim da ditadura militar brasileira em 1985. O comércio entre os dois países em 2022 estava na ordem de US\$ 293 milhões, mas há possibilidade agora de ampliar essa participação a níveis históricos, como na primeira década dos anos 2000.

“Temos a oportunidade de retomar nossas relações comerciais, depois que o governo brasileiro anterior deixou de lado Cuba”, diz Viana. “No ano passado, o volume exportado pelo Brasil foi pouco maior do que a metade do que exportamos em 2012. Repare o tamanho do atraso. Temos de correr para reverter esse prejuízo ao comércio nacional”, insiste. Desde 2018 as exportações brasileiras para Cuba vêm apresentando quedas consecutivas. Em 2022, mesmo com um moderado crescimento observado, o valor exportado não atingiu a marca registrada quatro anos antes. “O governo Bolsonaro cometeu um crime contra os



FOMENTO Setores com oportunidades de negócios para as exportações são os de energia, alimentos, produção agropecuária e máquinas e equipamentos

interesses brasileiros”, critica.

Atualmente, o Brasil exporta óleo de soja, arroz, carnes de aves, milho, açúcar, café não torrado, papel, calçados e tubos de ferro e aço para a ilha caribenha. E importa de Cuba, charutos, bebidas alcólicas e medicamentos. Até 2019, havia uma constante presença dos serviços cubanos de saúde, com a presença de profissionais de saúde que atendiam a população brasileira com o Programa Mais Médico, abandonado no início daquele ano pelo governo eleito em 2018.

Com a estratégia da ApexBra-

sil e do Itamaraty, os setores com maiores oportunidades de negócios para as exportações brasileiras para Cuba são a indústria de alimentos, a produção agropecuária, e os setores de máquinas e equipamentos de transporte e produtos químicos. “Nosso comércio bilateral remonta a 2006, quando assinamos o Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Cuba (ACE-62), oferecendo preferências tarifárias para ambos os mercados”, destaca.

Viana lembra que o estoque de investimento direto do Brasil em Cuba vinha apresentando

tendência de elevação desde 2012, com máxima em 2020, de US\$ 125 milhões. “Podemos ampliar ainda mais, reforçando a pauta comercial. Não se pode esquecer que o país, apesar das grandes dificuldades impostas pelo bloqueio dos EUA em 1962, oferece oportunidades para empresários brasileiros em muitas áreas, inclusive de energia”, ressalta.

Jorge Viana acredita que há um enorme potencial para compra e venda de produtos e serviços dos dois países. Cuba está reabrindo sua economia e há oportunidades para empresas brasileiras em três nichos: 1) agronegócio – segurança alimentar –, com o aproveitamento do porto de Mariel como um HUB para o abastecimento do Caribe com produtos nacionais; 2) segurança energética, com possibilidade do Brasil fornecer e transferir tecnologia nacional para a geração de energia com a produção de etanol e plantas de energia solar em Cuba; e 3) a possibilidade de o Brasil estabelecer parceria para a produção de vacinas e medicamentos.

A ApexBrasil aponta que do total das importações cubanas de produtos alimentícios, no valor de US\$ 466 milhões, o Brasil tem participação de 21%. Há ainda oportunidades para ampliar o fluxo de investimentos diretos do Brasil em Cuba. O estoque de IED nacional na ilha registrou máxima histórica de US\$ 125 milhões em 2020, e fechou o período com US\$ 123 milhões em 2021. O aumento de capital nacional na ilha demonstra o interesse das empresas brasileiras no mercado de 11,3 milhões de habitantes. Vale lembrar que, em 2014, a Ambev adquiriu 50% da Cervecería Bucanero, passando a operar como uma joint venture, com a outra parte controlada pelo governo de Cuba. •

NO CHILE, A BUSCA CONTINUA PELOS DESAPARECIDOS

Boric autoriza novo plano enquanto o povo lembra o golpe que derrubou o governo Allende e levou ao desaparecimento e à morte de milhares de pessoas

Trinta e seis anos após o sequestro e desaparecimento de Fernando Ortíz, sua família finalmente recebeu seus restos mortais: cinco fragmentos de osso em uma caixa. Professor universitário de 50 anos, Ortíz foi sequestrado em 1976 durante a ditadura do general Augusto Pinochet, reunido com outros líderes comunistas no Chile e enviado para um centro de tortura tão secreto que ninguém soube de sua existência por três décadas.

Ninguém saiu vivo do local negro com o nome da rua em que estava: Simón Bolívar. Era pouco mais do que uma casa em uma área rural a leste da capital administrada pela agência de inteligência do regime, DINA. Não houve testemunhas ou sobreviventes para esclarecer o destino de quem foi detido. Durante décadas, havia apenas o silêncio ensurdecedor.

Ortíz foi uma das 1.469 pessoas que desapareceram sob o governo militar do Chile entre 1973 a 1990. Apenas 307 deles foram encontrados e identificados.

Agora, no 50º aniversário do golpe que derrubou uma das democracias mais estáveis da América Latina e instalou a ditadura de 17 anos que aprisionou, torturou e matou milhares de seus oponentes, o Chile promulga um plano de busca nacional para rastrear os desaparecidos restantes.

“A justiça demorou muito”, disse o presidente Gabriel Boric, do Chile, durante cerimônia em que

assinou um decreto presidencial para instituir o plano de buscas pelos desaparecidos. “Isso não é um favor para as famílias. É um dever para a sociedade como um todo fornecer as respostas que o país merece e precisa.”

A medida marca a primeira vez desde o fim do regime de Pinochet que o governo chileno busca encontrar aqueles que desapareceram – um esforço que até agora caiu em grande parte para os membros da família sobreviventes, principalmente mulheres, que protestaram, entraram em greves de fome e levaram seus casos ao tribunal. Até agora, somente através desses casos judiciais foram identificados locais de sepultamento.

“O Estado os levou embora, e é o Estado que tem que ser responsável pela reparação, justiça e sustentação da busca”, diz Luis Cordero, ministro da Justiça e dos Direitos Humanos do Chile. Dois dos tios-avós de Cordero foram sequestrados em 1973 e nunca encontrados.

Outros países sul-americanos sob domínio militar nas décadas de 1970 e 80 tiveram sucesso misto na recuperação dos restos mortais de seus desaparecidos. Equipes forenses na Argentina recuperaram mais de 1.400 corpos e identificaram 800 deles. No Brasil, os esforços para encontrar 210 pessoas que desapareceram tiveram resultados escassos. A agência paraguaia que recebeu a tarefa de encontrar e identificar seus 336 desaparecidos descobriu apenas 34. •



RESGATE DA UNIÃO NACIONAL

No feriado de 7 de Setembro, Lula prega “democracia, união e soberania”. Presidente convida todos a trabalharem por “um Brasil mais desenvolvido, mais justo, solidário e independente”

Oito meses depois de dar início ao seu terceiro governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um balanço positivo sobre o rumo que o país tomou a partir de janeiro e fez um apelo à união nacional para a superação da crise e retomada do desenvolvimento econômico e social. Na quarta-feira, 6, véspera do feriado de Sete de Setembro, Lula fez pronunciamento em cadeia de rádio e tevê em que defendeu a democracia, a união e a soberania como alicerces da independência.

O presidente lembrou que a democracia “precisa ser construída a cada dia”, por todos, sobre os alicerces da democracia, da soberania e da união. “A democracia é a matéria-prima para a realização dos sonhos. Soberania,

mais que a proteção do território, é defender nossas empresas estratégicas, nossa agricultura, nossa indústria e nossas florestas, além de combater todas as formas de desigualdade”, disse. “União só se faz sem ódio. O entendimento voltou a ser palavra de ordem”.

Lula disse que o Sete de Setembro é “dia de lembrarmos que o Brasil é um só e que sonhamos os mesmos sonhos”. “No passado, quando o Brasil crescia, quem ganhava era apenas uma minoria já muito rica. Agora, quando a economia cresce, a vida melhora para todo mundo”, disse Lula. “O PIB, que é a soma de toda a riqueza que o país produz, está crescendo - e não cresce tanto assim desde 2010. A melhora do cenário econômico se traduz em mais oferta de em-

pregos e melhores salários para todas as profissões e classes sociais. No primeiro semestre deste ano, foram criados mais de 1 milhão de novos postos de trabalho com carteira assinada”.

Ele lembrou ainda que os trabalhadores já conseguem negociar reajustes acima da inflação, o salário mínimo agora tem aumento real todos os anos e as mulheres têm direito a um salário igual ao dos homens. “A comida está mais barata e, graças ao programa Desenrola Brasil, as famílias endividadadas estão de novo com seus nomes limpos”, destacou. Por fim, conclamou: “Vamos todos trabalhar juntos para, a cada dia, transformar em realidade nosso sonho de um Brasil mais desenvolvido, mais justo, mais solidário e mais independente.” •



EMPENHO Presidente em exercício, Geraldo Alckmin foi ao Rio Grande do Sul acompanhado de ministros e parlamentares para anunciar ajuda federal

SOCORRO ÀS VÍTIMAS

Governo libera R\$ 741 milhões para ajudar na reconstrução do Rio Grande do Sul. Vice-presidente Geraldo Alckmin vai ao Sul para anunciar as medidas

Após prestar socorro imediato aos habitantes de cidades do Rio Grande do Sul afetadas por um ciclone, o governo Lula elaborou um conjunto de ações para ajudar na recuperação dos municípios e no apoio às vítimas do desastre. Juntas, as medidas já somam R\$ 741 milhões. As medidas foram anunciadas pelo presidente em exercício, Geraldo Alckmin, que visitou as áreas afetadas ao lado de ministros e parlamentares.

As ações incluem o envio de 900 militares para ajudar no trabalho de resgate e socorro às vítimas, a montagem de hospitais de campanha, a doação de roupas, alimentos e remédios e diferentes formas de ajuda financeira. Alckmin ressaltou que as primeiras ações, focadas em busca e salvamento, começaram no início da semana e que, outras providên-

cias são para reconstruir as cidades, apoiar a economia e ajudar a população a se reerguer.

“Temos três desafios aqui. O primeiro era salvar vidas, buscar pessoas e continuar o trabalho hospitalar, de saúde. O segundo é reconstruir as cidades, e o terceiro é a economia, salvar o emprego”, disse Alckmin, em Lajeado, ao lado do governador Eduardo Leite (PSDB), prefeitos e empresários.

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que o objetivo do governo é fazer com que a situação seja contornada rapidamente. “Estamos todos em solidariedade aos nossos irmãos gaúchos, levando ajuda, carinho e esperança, agindo para que esta triste situação seja contornada o mais rápido possível”, comentou.

O governo vai destinar recursos para a reconstrução. O trabalho preventivo contra deslizamentos e cheias contará com R\$ 14,9 bilhões. •

AS MEDIDAS ANUNCIADAS

1. Apoio das Forças Armadas ao trabalho da Defesa Civil na busca e resgate de vítimas. Foram destacados 900 militares.
2. Restabelecimento de telefonia e comunicação em 19 municípios.
3. Restabelecimento de Unidades Básicas de Saúde e montagem de hospitais de campanha, incluindo estrutura especial do Grupo Hospitalar Conceição, em Porto Alegre.
4. Distribuição de kits especiais de medicamentos, suficientes para atender 15.000 pessoas por 30 dias.
5. Recuperação de ponte sobre o Rio das Antas.
6. Elaboração de planos de trabalho para liberação de recursos para reconstrução e atendimento aos municípios.
7. Envio de 20 mil cestas de alimentos. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) vai investir R\$ 239 milhões em ajuda humanitária.
8. MDS vai repassar de auxílio de R\$ 800 por pessoa para a providenciar abrigos, alimentação e produtos de higiene.
9. Pagamento do Bolsa Família unificado em setembro, para que todas as famílias atendidas recebam o benefício dia 18.
10. Antecipação do BPC para o dia 25 e possibilidade de que os beneficiários saquem mais um salário mínimo, para pagamento posterior em até 36 parcelas sem juros e com carência de 90 dias para começar a pagar.
11. Disponibilização de R\$ 125 milhões do Programa de Aquisição de Alimentos para a compra de alimentos saudáveis.
12. Liberação pela Caixa Econômica Federal de saque emergencial do FGTS no valor de até R\$ 6.220.
13. Construção de 1,5 mil unidades habitacionais extras pelo Minha Casa, Minha Vida para cidadãos atingidos pelas enchentes.
14. Criação de sala de situação permanente com 10 ministérios trabalhando em força-tarefa.
15. Prorrogação, pela Receita Federal do prazo de pagamento de tributos federais vai prorrogar pagamentos de tributos.
16. Doação de 30 mil peças de vestuário, calçados, artigos de higiene, cama e banho.

POLÍTICA

**CAI A MÁSCARA
DO JUIZ PARCIAL**

O Supremo Tribunal Federal anula as provas ilegais da Lava Jato e confirma que a prisão de Lula foi uma armação grotesca. Decisão do ministro Dias Toffoli aponta que conduta do juiz Sergio Moro, do procurador Deltan Dallagnol e outros da 'República de Curitiba' precisa ser investigada em profundidade

Demorou, mas finalmente a Justiça começa a reparar os graves ilícitos cometidos pela chamada República de Curitiba que incorreu em ilegalidades ao conduzir a Operação Lava Jato, a partir de 2014, culminando na prisão e condenação irregulares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na quarta-feira, 6, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, anulou todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht fechados pela Lava Jato.

Segundo o ministro, os métodos utilizados pela 13ª Vara Federal de Curitiba, conduzido pelo hoje senador Sergio Moro (União Brasil-PR) e pelo então coordenador da força-tarefa da Lava Jato, o ex-procurador e ex-deputado federal Deltan Dallagnol (Pode-

mos-PR), foram ilegais. Ele determinou a abertura de uma investigação a ser levada adiante pela Procuradoria Geral da República e a Polícia Federal.


A Suprema Corte já vinha invalidando evidências e provas em casos concretos, inclusive aqueles envolvendo diretamente o presidente Lula, mas agora a decisão vale para todos os processos. O ministro Dias Toffoli disse que a prisão de Lula foi uma "armação fruto de um projeto de poder de determinados agentes públicos em seu objetivo de conquista do Estado". A República de Curitiba agora amarga ser desmascarada e colocada em seu devido lugar: a lata do lixo da história.

"A prisão do reclamante, Luiz Inácio Lula da Silva, até poder-se-ia chamar de um dos maiores erros judiciários da história do

país. Mas, na verdade, foi muito pior. Tratou-se de uma armação fruto de um projeto de poder de determinados agentes públicos em seu objetivo de conquista do Estado por meios aparentemente legais, mas com métodos e ações contra a lei", destacou.

Dias Toffoli proferiu um voto histórico, ao apontar que o caso Lula foi o "verdadeiro ovo da serpente dos ataques à democracia e às instituições que já se prenunciavam em ações e vozes desses agentes contra as instituições e o próprio STF". E ressaltou a gravidade dos atos cometidos. "Sob objetivos aparentemente corretos e necessários, mas sem respeito à verdade factual, esses agentes desrespeitaram o devido processo legal, descumpriram decisões judiciais superiores, subverteram provas, agiram com parcialidade





JUSTICEIRO Deltan Dallagnol será alvo de uma investigação para apurar a sua conduta à frente da Operação Lava Jato

e fora de sua esfera de competência”, aponta.

“Em última análise, não distinguiram, propositadamente, inocentes de criminosos. Valeram-se, como já disse em julgamento da Segunda Turma, de uma verdadeira tortura psicológica, um pau de arara do século 21 para obter ‘provas’ contra inocentes”, escreveu o ministro em sua decisão de 135 páginas.

Ele lembra que os repetidos pedidos de acesso aos autos pela defesa de Lula foram solenemente ignorados pelos integrantes da Lava Jato, prejudicando o ex-presidente. Toffoli aponta a evidente má-fé: “O que mais chama a atenção é que, a cada pedido feito pelo reclamante [Lula], no livre e regular exercício das garantias processuais que o texto magno lhe assegura, a acusação, em contrapartida, se insurge contra ‘a insistência da defesa em buscar acesso a documentos que não se relacionam aos fatos está em sintonia com o propósito de procrastinar a tramitação processual’”.

O STF já havia decidido em 2022 que eram nulos os elemen-

tos de prova colhidos junto aos sistemas do “departamento de propina” da empreiteira. A conclusão foi de que leniência foi costurada à margem da lei, de maneira informal, prejudicando a cadeia de custódia e a higidez técnica das provas. Toffoli destaca que os agentes públicos envolvidos na Lava Jato precisam ter sua conduta apurada. Ele ressaltou que há indícios de que eles agiram de forma ilegal, gerando “gravíssimas” consequências “para o Estado brasileiro e para centenas de réus e pessoas jurídicas”.

Segundo o ministro, está claro que a Lava Jato perseguiu Lula de maneira injusta e criminosa. Toffoli escreve que, embora a operação tenha sido iniciada com a investigação de crimes reais, logo se tornou um disfarce de combate à corrupção “com o intuito de levar um líder político às grades, com parcialidade e, em conluio, forjando-se ‘provas’”. Sem citar nominalmente Sergio Moro, ele acentua: “a parcialidade do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba extrapolou

todos os limites”. Segundo Toffoli, a atuação de Moro e Dallagnol permitiu a tomada de poder por setores antidemocráticos.

“Digo sem medo de errar, foi o verdadeiro ovo da serpente dos ataques à democracia e às instituições que já se prenunciavam em ações e vozes desses agentes contra as instituições e ao próprio STF. Ovo esse chocado por autoridades que fizeram desvio de função, agindo em conluio para atingir instituições, autoridades, empresas e alvos específicos”, apontou o magistrado.

A presidenta do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), elogiou a posição do juiz da Suprema Corte. “Decisão exemplar do ministro Toffoli confirma o que sempre dissemos sobre a farsa da Lava Jato. Cedo ou tarde a verdade sempre vence”, disse. “Os que mentiram, falsificaram provas, arrancaram depoimentos à força terão, agora, de responder por seus crimes. A história segue restabelecendo a Justiça sobre a maior armação judicial e midiática que já se fez contra um grande líder”.

A ação julgada por Dias Toffoli

foi movida em 2020 pela defesa de Lula, que reclamava contra a dificuldade de ter acesso à íntegra do Acordo de Leniência assinado pela Odebrecht e ao conteúdo completo das mensagens da operação Spoofing – obtidas pelo hacker Walter Delgatti e que deram origem à chamada Vaza Jato, quando o site Intercept Brasil revelou o jogo sujo de Moro e Dallagnol. Inicialmente, a ação tinha como relator o ministro Ricardo Lewandowski, que, ao analisar o caso, considerou que as provas da Odebrecht em imprestáveis para acusar Lula.

Após a aposentadoria de Lewandowski, o caso ficou sob responsabilidade de Toffoli, que, agora, considerou as provas imprestáveis para acusar qualquer outra pessoa. Além disso, o ministro determinou que a 13ª Vara Federal de Curitiba dê à defesa de Lula o acesso aos documentos.

Ainda na quarta-feira, a Advocacia Geral da União anunciou a criação de uma força-tarefa para apurar os desvios desencadeados pela Lava Jato e seus agentes, incluindo Sergio Moro e Del-

tan Dallagnol. O ministro-chefe da AGU, Jorge Messias, informou que, após as apurações, agentes podem ser alvos de ações regressivas, para que seja cobrado um ressarcimento à União pelos danos causados e pelas indenizações pagas. “Uma vez reconhecido os danos causados, os desvios funcionais serão apurados, tudo nos exatos termos do que foi decidido pelo STF”, disse Messias.

Ainda na quarta, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) atendeu a um pedido da Advocacia Geral da União (AGU) e permitiu a retomada do processo contra Dallagnol, por má administração de recursos públicos da força-tarefa da Lava Jato. O STJ destravou a ação que obrigava o ex-procurador a ressarcir aos cofres públicos o valor de R\$ 2,8 milhões por gastos com diárias e passagens de membros da Lava-Jato.

No ano passado, a 6ª Vara Federal de Curitiba determinou a suspensão do acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que o condenou a pagar o montante. Agora, essa decisão foi revista pelo STJ. O ministro Humberto

Martins, relator do caso, afirma que “está caracterizada a lesão à ordem pública”.

Ele diz que o TCU realiza “legitimamente a averiguação de eventual irregularidade na gestão administrativa da Operação Lava Jato, com relação aos custos financeiros de viagens institucionais e diárias dos membros do Ministério Público Federal, integrantes da dita força-tarefa”. “Defiro o pedido de extensão para sustar os efeitos da decisão proferida no processo em trâmite na 6ª Vara Federal de Curitiba”, concluiu o ministro.

Em agosto do ano passado, a 2ª Câmara do TCU condenou Deltan Dallagnol, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot e o procurador João Vicente Beraldo Romão a pagar R\$ 2,8 milhões aos cofres públicos. Mais tarde, a corte afastou a responsabilidade de Romão. O TCU considerou que os membros do Ministério Público não avaliaram alternativas e também não comprovaram tecnicamente que a gestão adotada pela Lava Jato “atendia ao interesse público”. •



Divulgação/AGU

FORÇA TAREFA Advogado Geral da União, Jorge Messias anunciou grupo para apurar os desvios das autoridades



GREENFIELD O juiz Vallisney de Souza Oliveira e o procurador Anselmo Cordeiro Lopes estavam à frente do caso, que permanece inconcluso sete anos depois

AINDA TEM A 'OUTRA LAVA JATO'

A mais megalomaníaca das operações segue em curso, sem nunca ter sido concluída e repleta de esqueletos escondidos no Judiciário. Chamada Greenfield, ela confirma que a corrupção ocorre quando há incompetência e ilegalidade nas investigações

Luis Nassif

A criação da Sisbin, o Sistema Brasileiro de Inteligência, foi um marco importante na história da inteligência no Brasil. A lei que a instituiu, a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, estabeleceu um novo modelo de inteligência para o país, baseado na integração entre os órgãos de inteligência.

Acompanhei entusiasmado a criação do modelo. Aliás, fui convidado pelo então ministro Márcio Thomaz Bastos para uma das palestras do evento de lançamento, em Perinópolis. Presentes o então

procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, e o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, Bastos pediu que eu “descesse a ripa” no amadorismo de ambas as corporações para investigar crimes financeiros.

Antes disso, especialmente na CPI dos Precatórios, eu havia escrito uma série de artigos na Folha mostrando a falta de conhecimento das autoridades, da CPI e da mídia, sobre crimes financeiros.

A Sisbin unificava os serviços de inteligência, que passavam a trabalhar em conjunto, trocando informações.

Da Sisbin resultou o aparecimento das forças tarefas, criadas para enfrentar denúncias mais

complexas de crimes. Mas o modelo Paulo Lacerda era rígido. Se a PF de algum estado identificasse crime com ramificações em outros estados, ia a Brasília, era montada uma força tarefa, mas com supervisão da superintendência e da inteligência central da PF – que providenciava os meios e segurava os arroubos, para impedir abusos.

Com mudanças de governo, tudo mudou. Foi criado um monstro quando o Ministério da Justiça e a Procuradoria Geral da República passaram a ser dirigidos pelas duas autoridades mais omissas em suas respectivas funções, desde a redemocratização: José Eduardo Cardozo e Rodrigo Janot.

O sucesso da Lava Jato deflagrou um processo de disputa entre forças tarefas que se constitui em um dos episódios mais vergonhosos e perdulários da história da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

Conduzida pelo delegado Maurício Moscardi Grillo, licenciado da Lava Jato, a Operação Carne Fraca, para investigar denúncias de corrupção na fiscalização de frigoríficos, envolveu 1.100 policiais federais, além de agentes de outros órgãos.

Para a Operação Ouvidos Mocos - que levou ao suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier, da Universidade Federal de Santa Catarina - a delegada federal Erika Merena convocou mais de cem policiais de todo o país.

Outros cem policiais participaram da também infame Operação Esperança Equilibrista, que repetiu na Universidade Federal de Minas Gerais os abusos cometidos contra a UFSC.

Os abusos fizeram com que a então subprocuradora Raquel Dodge levasse ao Conselho Superior do Ministério Público uma proposta da Procuradoria do Distrito Federal, de definir um percentual máximo de procuradores de cada região, convocados para forças tarefas, a fim de não desfalcar as regionais.

Malandramente, o então procurador-geral Rodrigo Janot convocou a imprensa para a cobertura da reunião do Conselho Superior, na qual acusou Dodge de pretender impedir o combate à corrupção.

E, nesse país de mediocridade explícita, o mais medíocre dos PGRs conseguiu abrigo na mídia para seus blefes.

Em 2021, em uma atitude corajosa, o procurador-geral da República, Augusto Aras, decretou o fim das forças tarefas.

Não tirou a medida da cartola. O debate começou em 2020,

quando Aras, anunciou a intenção de extinguir as forças-tarefas substituindo-as pelo modelo de grupos de atuação especial de combate ao crime organizado (Gaecos), unidades permanentes do MPF.

Em 2021, o Conselho Superior do MPF aprovou a extinção das forças-tarefas, com exceção da força-tarefa da Lava Jato no Paraná, que foi extinta em 2023.

O fim das forças-tarefas foi um marco importante na história do MPF. Levaram-se em conta os seguintes argumentos: 1) Instabilidade: O modelo de forças-tarefas é temporário, o que pode dificultar a continuidade das investigações; 2) Fraqueza institucional: As forças-tarefas são unidades independentes, o que pode dificultar a coordenação com outros órgãos do MPF; e 3) Suspeitas: O modelo de forças-tarefas pode ser visto como uma forma de concentrar o poder em um grupo de procuradores.

Operação Greenfield

Depois da Lava Jato, a mais megalomaniaca das operações foi a Greenfield, criada no segundo semestre de 2016 inicialmente para investigar acusações contra fundos de pensão. Dentro da mesma lógica de Curitiba, acabou açambarcando um sem-número de investigações paralelas.

Titular da operação, o procurador Anselmo Cordeiro Lopes, em parceria com o juiz Vallisney de Souza Oliveira - uma espécie de Sérgio Moro do Distrito Federal - passou a se valer dos mesmos estratagemas da Lava Jato. Nas delações, qualquer menção a outros crimes servia de alibi para mais uma Força Tarefa, embaixo do guarda-chuva da Greenfield.

Foi assim que incorporou a Operação Sépsis, que investigava denúncias de uso do FGTS; a Cui Bono, da Caixa Econômica Federal; a Circus Maximus, no BRB;

a Tesouro Perdido, Patmos, Sala, operações que, a rigor, nada tinham a ver com o objetivo inicial da Greenfield.

Ao todo, passou a trabalhar com 189 metas, envolvendo 564 policiais federais, sete procuradores da República, oito auditores da Previc, 12 inspetores e três procuradores federais da Comissão de Valores Mobiliários.

“Até hoje, essa pode ser considerada uma das maiores operações da história do Ministério Público Federal”, vangloriava-se o procurador Anselmo, em um dos relatórios enviados ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Anselmo já havia dado sinais de protagonismo ululante quando, em parceria com o polêmico juiz Ricardo Leite, conseguiu o bloqueio das contas do Instituto Lula, o confisco do passaporte de Lula, tentou criminalizar Lula pela Licitação dos caças.

Aliás, o juiz Ricardo Leite - que acaba de condenar o hacker a incríveis 20 anos de prisão - foi o mesmo que autorizou a condução coercitiva de 40 funcionários do BNDES, em um dos episódios mais degradantes desses tempos de trevas.

A Greenfield deflagrou sete prisões temporárias, 40 conduções coercitivas, implicou 110 pessoas físicas e jurídicas, tudo com enorme estardalhaço na mídia. Houve bloqueio de bens, retenção de passaportes, de telefones celulares e notebooks, limitação de locomoção, prisões para forçar acordos de delação. Enfim, todo o combo inaugurado pela Lava Jato, especialmente os assassinatos de reputação, tratando meros suspeitos como culpados.

Limitou a Lava Jato até na tentativa de direcionar as verbas das multas e de trabalhar em parceria com a Transparência Internacional do Brasil.

O tamanho da operação tornou-a claramente inadministrá-

vel, a não ser que se alocasse um batalhão permanente de procuradores e policiais federais.

Quando Aras decretou o fim das forças tarefas, em um claro gesto de boicote, procuradores que há cinco anos atuavam na Greenfield resolveram abandonar os trabalhos. Abandono de obrigação funcional é considerada falta grave. Mas não houve nenhum movimento da corregedoria do MPF contra a atitude.

A PGR abriu inscrição, então, para que outro procurador assumisse a operação. Apresentou-se apenas Celso Três, procurador que ganhou destaque no caso Bannestado.

Celso ainda tentou convencer Anselmo a retornar os trabalhos. Propôs que ele, Celso, e outros colegas ajudariam; tudo à distância, teletrabalho, acumulando carga própria das lotações; sem diárias. Anselmo levou a proposta ao colegiado da Procuradoria da República do Distrito Federal, mas nada conseguiu. Havia animosidade contra ele, devido a seu excesso de estrelismo.

Celso Três assumiu, então, com o propósito de transferir para outras regionais investigações que nada tinham a ver com o objetivo central da Greenfield. No meio do caminho, cometeu uma ironia: "Não estou aqui para trabalhar muito".

Foi um óbvio chiste, mas que imediatamente foi aproveitado pela imprensa, a exemplo do que ocorreu com o juiz Eduardo Appio. O procurador foi alvo de uma campanha pesada, cujo ápice foi uma reportagem do Jornal Nacional, preparada por Vladimir Neto jornalista que, nas gravações da Operação Spoofing, aparece como consultor de comunicação informal da Lava Jato.

A corregedoria atuou rapidamente e afastou Celso Três da operação. E a Greenfield virou um ectoplasma.

Hoje em dia, dezenas de acusados continuam com bens bloqueados. Há casos de denunciados que até hoje não foram ouvidos. Estão todos no limbo da justiça.

Um dos pontos centrais da garantia da segurança jurídica é a prescrição de crimes. É uma forma de garantir que o Estado não possa punir alguém indefinidamente, sob o risco de violar o princípio da segurança jurídica. A ideia é que, após um determinado período de tempo, o réu não deve mais ser punido pelo crime que cometeu, mesmo que seja culpado e mesmo que não tenha sido possível obter uma sentença condenatória.

Nada disso ocorreu com as pessoas incriminadas pela Greenfield. São mortos vivo civis, com bens bloqueados, sob suspeita permanente, com restrições de toda ordem.

No macarthismo deflagrado pela mídia, em torno da Lava Jato, houve a criminalização generalizada de qualquer ato. Com autorização do juiz Ricardo Leite, o MPF tentou criminalizar operações do BNDES de financiamento de exportações de serviço; a licitação dos aviões da FAB e outras.

Quando o governo Dilma decidiu derrubar sistematicamente a taxa Selic, levou a um movimento de realocação de recursos dos fundos de pensão. Eles têm como meta obter um retorno anual dos investimentos, as chamadas metas atuariais, já que trabalhar com recursos hoje, para garantir aposentadorias futuras.

Sem a comodidade da renda fixa, a saída foi a busca de novos investimentos, em novas áreas. Uma delas, foram os chamados investimentos "greenfield" - em novas empresas ou novas atividades.

O valor de um investimento é calculado pelo fluxo futuro de resultados, trazidos a valor presente por determinada taxa de desconto. No caso de empresas já exis-

tentes, o fluxo futuro toma como base o histórico passado de resultados. No caso das empresas greenfield, há uma aposta que pode se realizar ou não.

Os investimentos criminalizados

Há vários questionamentos sobre os critérios utilizados pela Greenfield para formular acusações. Em um período em que se criminalizava até financiamentos de serviços do BNDES, bastaria um questionamento da taxa de desconto utilizada no cálculo de valor, para criminalizar a operação.

Foi o que sucedeu em muitas das denúncias, especialmente quando outros órgãos de regulação, como a Previc (que fiscaliza fundos de pensão) entraram no esquema Lava Jato.

Cevix. Em 2010, a Funcef montou parceria com a Engevix em energia, constituindo a empresa Cevix, que juntava várias PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas). O preço acertado estimava um retorno de IPCA mais 7,96% a 10,64% ao ano.

Oito anos depois, o Ministério Público entender que o valor foi superavaliado. Comparava a taxa de retorno com as taxas de títulos públicos, que não têm risco.

Um ano e oito meses depois da entrada da FUNCEF na empresa CEVIX, a ENGEVIX vendeu a parte dela para uma das maiores empresas de energia limpa do mundo, a estatal norueguesa STATKRAFT. Essa venda - dos mesmos ativos - foi feita por um valor 23% superior ao que foi pago pela Funcef.

O preço pago pela Funcef incluía posição de controle com várias exigências de governança corporativa (criação de conselho fiscal, abertura de capital em um prazo definido, o que aconteceu, comitês técnicos de apoio ao Conselho de Administração, inclusive de auditoria, direitos de venda ou compra futuras).

Na denúncia o MP afirmou que o valor da empresa seria dado pelo somatório do preço de suas ações e se utilizou deste argumento em um parecer de dois peritos da PF. Qualquer especialista em mercado sabe que as ações de controle tem um valor maior que as ações disponibilizadas para o público.

Hoje em dia, o valor do investimento supera as evoluções de meta atuarial, a evolução do CDI e dos índices de bolsa.

Invepar. A empresa foi fundada em 2000 pela Previ e OAS e o principal ativo era a Linha Amarela no Rio. Em 2008 Petros e Funcef entraram na companhia aportando suas participações no Metrô/Rio, as quais haviam adquirido do Citi Bank, no bojo da solução do conflito com o Opportunity.

Nos anos seguintes, vários investimentos adicionais foram feitos pela empresa, com destaque para a concessão de Guarulhos e a de uma rodovia no Peru, tendo os quatro investidores como sócios. A empresa era um sucesso até que veio a LJ. O valor da empresa despencou.

Florestal Brasil. Investimento feito pela Funcef e Petros em parceria com a JBS no ano de 2009 (fusão com a Eldorado em 2011).

Em 2018 em função das pressões do MP sobre a empresa houve uma negociação com a Paper Excellence, da Indonésia. As duas fundações venderam suas participações pelo preço acordado.

É importante anotar que a pessoa que trouxe a Transparência Internacional para o Brasil foi o principal lobista contratado pela Paper Excelente em seus embates com a JBS.

As duas fundações têm o direito de receber o mesmo que o grupo controlador.

A venda foi coordenada pela JBS que também vendeu sua parte; porém, no decorrer do proces-

so ela resistiu a entregar uma parte das suas ações. Recentemente, a arbitragem deu ganho de causa à Paper Excellence, mas a JBS recorreu e o litígio continua.

A venda das participações da Funcef e da Petros deram um resultado positivo, superior à meta atuarial e também a outras aplicações, como o CDI.

Empresa Sete Brasil. Investimentos feitos por Petros, Previ, Funcef e Valia em conjunto com vários investidores, especialmente os bancos BTG, Santander e Bradesco. O projeto visava formar uma grande empresa alocadora de sondas e embarcações para a Petrobras, com encomendas aos estaleiros nacionais.

Os bancos colocaram valores maiores que os recursos alocados pelos Fundos de Pensão.

A destruição da empresa levou a grandes prejuízos para todos os investidores. Para os Bancos não houve qualquer questionamento judicial; para os Fundos foram levantadas suspeitas e denúncias pesadas.

Depois, em 2021, houve um acordo da Petros, Previ e outros investidores com a Petrobras que pagou a todos com valores corrigidos. A Funcef não entrou na negociação e ficou com o prejuízo total. Isso porque ela era assistente de acusação junto ao MP contra os ex-gestores.

Fundo Global. Fundo imobiliário com investimentos em projetos residenciais e comerciais. Houve uma 1ª etapa sem problemas (2008-2011). Em 2012/13 houve novos aportes (2ª etapa). Vários fundos de pensão participaram. As ações judiciais foram apenas para gestores da Previ, Petros e Funcef.

O investimento tem fortes indícios de desvios feitos pelo gestor no ano de 2013 em diante. Pela legislação, o gestor tem total autonomia para administrar os recursos. Apesar disso, o MPF

priorizou o ataque aos dirigentes dos Fundos de Pensão, inclusive para aqueles que só participaram no início do negócio (2008-2010) quando não existia qualquer problema e nem foi apurado nenhum indício.

Belo Monte. Funcef e Petros participaram da disputa e junto com Eletronorte foram os vencedores. As duas entraram com 20% (10% cada). O investimento tinha total sustentação técnica, feita com rigor e com consultorias especializadas.

Depois, com a LJ, a Previc, totalmente envolvida com o lavatismo, abriu processo administrativo e depois foram abertas pelo MP ações judiciais.

Os mortos-vivos

Todos os processos apresentados pelo MP eram aceitos, de imediato, pelo então juiz da 10ª Vara, Vallisney de Souza Oliveira. Até hoje não houve nenhuma condenação. Há investigados que jamais foram ouvidos pelo MPF.

Até 2022 - seis anos depois - havia cautelar impeditiva de diálogo entre os investigados/réus. Até hoje mantém-se o bloqueio de bens. Até 2021 - cinco anos depois - os bens pessoais (celulares, notebooks, cadernos) ficaram retidos na PF. Até final de 2021 - mais de cinco anos depois - os passaportes estavam retidos também.

O MPF abriu dezenas de PICs (Procedimentos de Investigação) que foram remetidos à PF. Tais PICs tem sido alvo de relatório de delegados da PF, em períodos recentes e, em todos, há a posição para arquivamento por falta de sustentação para denúncia.

Há dezenas de HCs que estão para serem julgados.

O que confirma que o maior aliado da corrupção é a incompetência e a ilegalidade das investigações. •

Publicado originalmente no portal GGN.

O FATOR LULA E O CRESCIMENTO

Em oito meses de governo Lula, os indicadores econômicos mostram que, apesar das crimonosas taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central, já são palpáveis as melhorias na vida dos brasileiros

Zeca Dirceu

Em oito meses, o governo do presidente Lula colocou o Brasil de novo na rota do crescimento e da justiça social. Os indicadores econômicos mostram que, apesar das crimonosas taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central, já são palpáveis as melhorias na vida dos brasileiros. O aumento do consumo das famílias, por exemplo, já é uma realidade. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) registrou alta de 4,24% em julho, na comparação com o mês anterior. Em relação a julho do ano passado, o aumento é de 3,37% e, no acumulado do ano, de 2,52%.

A expansão do consumo familiar foi, inclusive, um importante motor do crescimento econômico neste ano, impulsionando a indústria e os serviços. Tal expansão, a despeito do forte endividamento, surpreende os analistas cabeças de planilha, e revela antes de mais nada confiança da população no governo atual.

Nesse sentido, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) avançou pelo quarto mês consecutivo. Em agosto, a alta foi de 2,0 pontos para 96,8, o maior nível desde fevereiro de 2014 (97,0 pontos). Esse resultado espelha a melhora da percepção dos consumidores sobre a situação atual



e também as expectativas ligeiramente mais otimistas em relação aos próximos meses.

Diz a FGV: os resultados favoráveis refletem a continuidade da recuperação do quadro macroeconômico, a resiliência do mercado de trabalho e o início de programas

voltados para a quitação de dívidas. Ou seja, resultados concretos frutos de política públicas implementadas por um governo que preza os interesses nacionais.

Com isso, de acordo com o IBGE, no segundo trimestre o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,9% comparado ao primeiro trimestre, surpreendendo o mercado financeiro, que esperava apenas 0,3%. Para o ano, o crescimento deverá ser de 3%, conforme previu meses atrás o presidente Lula, contrariando "analistas" de mercado e o jornalismo econômico, que apenas reverbera opiniões de especuladores da Faria Lima. Os agourentos que previam, sem base na realidade, a "venezuelização" do país ou "argentinização" da economia brasileira vão ter que dar o braço a torcer para Lula e o sucesso de seu governo.

Os números do IBGE apontam o último trimestre com taxa de desemprego em 7,9%, o menor índice desde 2014. São mais de 500 mil brasileiros que conseguiram empregos com carteira assinada. Além de novos empregos gerados, a renda aumentou, com a valorização do salário mínimo.

O aumento do novo salário mínimo tem ajudado a elevar a massa salarial e os benefícios da Previdência recebidos por milhões. Paralelamente, houve a elevação da faixa de isenção do imposto de renda para R\$ 2.640.

Os números são superlativos. Para o aumento dos benefícios da previdência, abono e seguro-desemprego, BPC e Bolsa Família, as transferências do governo cresceram R\$ 63 bilhões, aumento de 21% em termos reais. Além disso, recursos foram destinados ao resgate dos programas sociais destruídos pelo governo anterior.

É comum que o chamado mercado, refém de cartilhas neoliberais e elitistas, se surpreenda com o impacto na economia gerado por mais dinheiro no bolso do povo. Mas esse é um dos principais fatores a impulsionar o crescimento econômico no segundo trimestre. E deve ser comemorado. Não é sorte, não são fatores externos. O responsável pelo crescimento econômico chama -se Lula, com seu programa de governo ajustado aos interesses nacionais e populares.

O desafio agora, nas mãos do Congresso Nacional, é garantir a taxação dos super-ricos, com seus fundos bilionários que não pagam quase nada de imposto, ao contrário da classe média e dos trabalhadores, e a continuidade dos investimentos públicos e privados para assegurar a continuidade do crescimento. •

Deputado federal pelo Paraná, é líder do PT na Câmara dos Deputados

Iconographia



16 de setembro de 1931

SURGE EM SP ENTIDADE DE LUTA ANTIRRACISTA

Criada em São Paulo, a Frente Negra Brasileira luta contra a discriminação racial e de cor em lugares públicos. Seu objetivo é integrar os negros na sociedade nacional, inclusive na política oficial. Uma de suas ações será a denúncia dos hotéis, bares, barbeiros, clubes e departamentos de polícia que vetarem a entrada de negros. O jornal "A Voz da Raça" era o órgão oficial da frente, que começou a circular em março de 1933 com notícias sobre as lutas e conquistas dos negros no Brasil e no exterior.

Formada por funcionários

públicos, trabalhadores subalternos e até desempregados, a instituição contava com departamentos jurídico-social, artístico, musical, esportivo, de saúde, de propaganda e de instrução. Mulheres participavam ativamente da entidade: a Cruzada Feminina se encarregava dos trabalhos assistencialistas, e as Rosas Negras organizavam bailes e festivais artísticos. Nos meses seguintes à fundação, abriu filiais no interior de São Paulo, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito Santo e Maranhão.



Setembro de 1967

ZÉ CELSO LEVA AO PALCO 'O REI DA VELA'

A peça "O Rei da Vela" é encenada no Teatro Oficina, em São Paulo, e revoluciona o teatro brasileiro. O diretor José Celso Martinez Correa resgata o vigor e a ousadia do texto de Oswald de Andrade, que permanecia atual mesmo tendo sido escrito na primeira metade da década de 1930. O experimentalismo do espetáculo mesclava linguagem de circo e de chanchada e inaugurou o chamado teatro de agressão. Essa marca da obra atraiu e chocou as plateias de classe média, que durante mais de um ano lotaram o Oficina.

Setembro de 1970

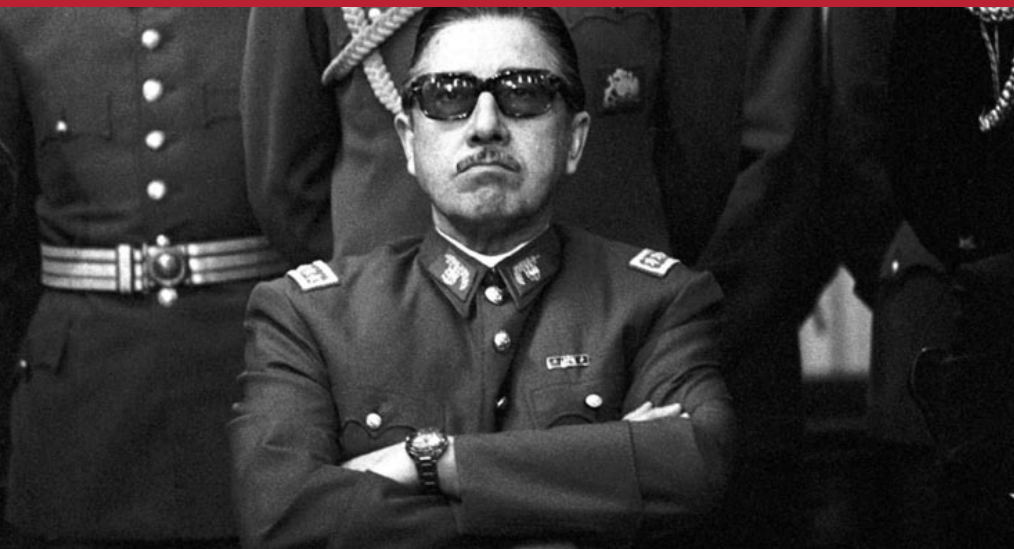
DOI-CODI, A MÁQUINA DE TORTURAR E MATAR DA DITADURA

Ministro do Exército indicado pelo presidente Garrastazu Médici, o general Orlando Geisel cria o Departamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi. Inspirado no modelo da Operação Bandeirante (Oban), que reunia forças civis e militares, o DOI-Codi iria centralizar e organizar toda a repressão aos adversários do regime, sob o comando de Geisel

e do chefe do Estado-Maior do Exército.

O departamento se tornaria conhecido como a central de tortura e assassinato dos adversários do regime. Apenas pelo DOI-Codi do 2º Exército (São Paulo) passaram mais de 6.700 presos, dos quais pelo menos 50 foram assassinados sob custódia entre 1969 e 1975, segundo o pesquisador Pedro Estevam da Rocha Pomar.





14 de setembro de 1973

ULYSSES DESAFIA: 'NAVEGAR É PRECISO'

No mais ousado desafio político à ditadura até então, a Convenção Nacional do MDB lança o deputado Ulysses Guimarães "anticandidato" à Presidência da República e como vice o jornalista e ex-governador de Pernambuco Barbosa Lima Sobrinho. Não havia chance de vitória num Colégio Eleitoral em que a Arena tinha mais de 80% dos votos, mas a proposta era denunciar o regime ditatorial, a violação de direitos e a farsa eleitoral.

"Não é o candidato que vai percorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo; possibilita prisões desamparadas pelo habeas corpus e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema", disse Ulysses.

A plataforma era centrada na revogação do AI-5, no retorno do país ao Estado de Direito com liberdades democráticas e pela convocação de uma Assembleia Constituinte.

11 de setembro de 1973

GENERAIS DERRUBAM ALLENDE NO CHILE

Um sangrento golpe de Estado deflagrado por oficiais das Forças Armadas, ao qual aderiu o comandante-chefe do Exército, general Augusto Pinochet, derruba o governo constitucional de Salvador Allende. O presidente, que se propunha a implantar pela via democrática o socialismo no Chile, resistiu ao ultimato dos militares para se render.

Durante três horas, houve combate entre as forças legalistas e golpistas no palácio presidencial de La Moneda, bombardeado por aviões da Força Aérea e invadido pelo Exército. Ao final, Allende foi encontrado morto entre os escombros. Durante anos pairou a dúvida se ele havia sido morto em combate ou se havia se suicidado, num gesto de resistência para não se entregar.

A Junta Militar que tomou o poder decretou estado de guerra. Iniciou-se então um regime de terror que duraria 17 anos. Em 2011, 21 anos após o fim da ditadura no Chile, uma perícia confirmou que foi o próprio Allende quem deu cabo a sua vida.

O golpe teve o apoio militar e financeiro da CIA (agência central

de inteligência dos EUA), de empresas multinacionais, de empresários locais e também de organizações neofascistas chilenas.

Foi o desfecho de uma estratégia de desestabilização econômica e política organizada pelos norte-americanos, com ações da CIA, e por opositores internos de Allende. Na hora da derrubada, golpistas contavam com o apoio de forças navais dos EUA estacionadas próximas da costa chilena, prontas para um desembarque, se houvesse forte resistência.

Milhares de pessoas foram presas e levadas para o Estádio Nacional, onde muitas foram assassinadas. Milhares de chilenos partiram para o exílio. A violência do golpe também alcançou centenas de brasileiros que haviam se asilado no Chile para escapar da ditadura no Brasil. Alguns foram presos, outros se abrigaram em embaixadas até a obtenção de salvo conduto para outros países. Cinco brasileiros desapareceram e certamente foram mortos: Jane Vanini, Luiz Carlos Almeida, Nelson de Souza Kohl, Túlio Roberto Cardoso Quintiliano e Wânio José de Matos.



16 de setembro de 1984

CANAVIEIROS FAZEM GREVE E LEVANTAM TODO O NORDESTE

Mais de 400 mil trabalhadores canavieiros de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte se mobilizam numa greve por melhores salários, condições de trabalho e pela estabilidade de delegados sindicais nas plantações e engenhos. Na Paraíba, onde a Polícia Militar apoiou a repressão montada pelos proprietários, o movimento durou dez dias. Organizada pelas Federações de Trabalhadores Rurais com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a greve foi vitoriosa nos três estados e fortaleceu a organização dos trabalhadores do campo.

Os conflitos agrários na região vinham crescendo desde 1979, quando os canavieiros de Paudalho e São Lourenço da Mata (PE) realizaram a primeira greve desde o Golpe de 1964. No ano seguinte, outra paralisação envolveu todos os canavieiros de Pernambuco. No mesmo período aumentou a mobilização dos pequenos produtores rurais no país.

A organização dos trabalhadores enfrentou a violência dos proprietários de terra. Em 17 de setembro, dois pistoleiros assassinaram o líder sindical Nonatinho, em Santa Luzia (MA). Cerca de 5 mil camponeses participaram do sepultamento do sindicalista, que se transformou em ato de protesto contra a violência.



11 de setembro de 2001

ATAQUE TERRORISTA ABALA O IMPÉRIO

O grupo fundamentalista islâmico Al Qaeda realiza quatro ataques suicidas praticamente simultâneos contra símbolos do poder econômico, político e militar dos Estados Unidos em 11 de setembro. Dois aviões comerciais sequestrados horas antes são lançados contra as torres gêmeas do World Trade Center, complexo empresarial e financeiro em Nova York. Outro avião atinge o Pentágono, sede do Departamento de Defesa norte-americano, em Arlington, no Estado da Virgínia. A quarta aeronave, cujo destino era cair sobre a Casa Branca, sede do governo, em Washington, foi desviado e caiu num campo aberto em Shanksville, na Pensilvânia.

Os ataques deixaram cerca de 3 mil mortos e provocaram pro-

fundas alterações na política de segurança dos Estados Unidos. O governo do presidente George W. Bush passou a fazer do combate ao terrorismo o ponto central de sua política externa. A "guerra ao terror" justificaria a invasão do Afeganistão, a espionagem desautorizada de cidadãos norte-americanos e de governos de outros países e fortes restrições ao ingresso de estrangeiros nos Estados Unidos.

O fundador da Al Qaeda, o saudita Osama bin Laden, a quem se atribuiu o comando dos atentados de 11 de setembro, tornou-se o homem mais procurado do mundo. Foi capturado e morto por forças militares norte-americanas quase dez anos depois, em 2011, no Paquistão.

10 de setembro de 2001

TONINHO DO PT É ASSASSINADO EM CAMPINAS

O prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos, conhecido como Toninho do PT, é morto a tiros dentro de seu automóvel após sair de um shopping center. O inquérito policial não chega a uma conclusão: uma versão dos fatos aponta para uma tentativa de assalto; outra, sugere que Toninho do PT foi assassinado depois de “fechar”, acidentalmente, o carro de uma gangue que havia praticado um crime nas proximidades minutos antes.

Seus familiares e alguns partidários acreditam que o crime teve motivações políticas. Segundo dizem, o prefeito possuía dossiês que comprovavam desvios de verbas envolvendo empresários e servidores públicos que pretendia denunciar. Tais documentos teriam desaparecido do gabinete de Toninho do PT, que vinha sofrendo ameaças de morte. O então deputado José Genoíno (PT-SP) declarou que a morte de Toninho foi motivada por sua ação enérgica contra o narcotráfico na cidade.

Em 2011, nas celebrações que marcaram os dez anos de seu assassinato, a antiga Estação Ferroviária de Campinas recebeu o nome de Estação Cultural Prefeito Antônio da Costa Santos.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



Reprodução

15 de setembro de 2008

CRISE: LEHMAN BROTHERS PEDE CONCORDATA

O Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos, pede concordata, marcando de forma dramática o agravamento da crise do sistema financeiro mundial iniciada em meados de 2007.

Consequência da não regulamentação do sistema financeiro e da bolha de crédito imobiliário nos EUA, a crise já provocara, àquela altura, a falência de grandes bancos das maiores economias do mundo e ondas de despejo e desemprego em massa.

Nesse cenário de liberalização financeira global – desregulamentação do setor bancário, livre mobilidade de capital entre países, inovações financeiras sem garantias e mercado financeiro global unificado –, a crise rapidamente tomava caráter mundial. Suas consequências seriam perceptíveis em todos os continentes.

O panorama brasileiro, no entanto, era de crescimento contínuo do PIB, com distribuição de renda e redução das diferenças regionais. A inflação sob controle, a criação de empregos (1,8 milhão em 2007 e 2,1 milhões em 2008), a política de valorização do salário mínimo (com aumento real de 51% desde 2003)

e as políticas de transferência de renda contribuíram para elevar em 21,5% o consumo no período.

Nossas reservas de moedas internacionais também haviam crescido, passando de US\$ 37 bilhões em 2003 para US\$ 207 bilhões em 2007. No cenário do comércio exterior, o Brasil diversificara suas exportações e relações comerciais internacionais, com foco na América Latina, África, China e Oriente Médio. No período, o país também passara de devedor a credor internacional.

Para enfrentar a crise, o governo federal lançaria mão de políticas econômicas anticíclicas, com fortalecimento dos bancos públicos para expansão do crédito, ampliação do financiamento ao setor exportador e estímulo ao mercado interno.

Foram considerados estratégicos para o aquecimento da economia os setores da construção civil – com aumento do limite de empréstimo para compra de materiais de construção e a disponibilidade de crédito para o setor –, do agronegócio – com antecipação do financiamento da safra – e da produção automotiva e eletrodomésticos – com isenção do imposto sobre produtos industrializados.



CONQUISTA GLOBAL

A série "Cangaço Novo", dirigida por Aly Muritiba e Fábio Mendonça e sucesso no Amazon Prime, entra na lista das produções mais assistidas em 49 países. E conta a história de um mundo cercado pelo crime e a violência desmedida

Novo cangaço" é a designação das polícias para o aparecimento de bandos fortemente armados que cercam pequenas cidades no sertão do Nordeste, explodem caixas eletrônicos, assaltam bancos e tocam o terror entre a população local. A série de oito capítulos, que teve estréia oficial no último Festival de Cinema Gramado, inverte os termos para contar a história da constituição de um desses bandos.

"Cangaço Novo" gira em torno da história de três irmãos. Ubaldo (Allan Souza Lima), ex-militar e recém demitido de um banco, retorna ao Ceará para reaver uma herança, onde encontra suas irmãs, Dinorah (Alice Carvalho), líder de um grupo criminoso, e Dilvânia (Thainá Duarte).

Os irmãos Vaqueiro são filhos de um bandido local, Amaro Vaqueiro, respeitado e temido em Cracatá, uma cidade imaginária e genérica à exemplo da Bacurau do filme homônimo de Kleber Mendonça Filho. O conflito se instala no exato momento em que a explosiva Dinorah nega ao irmão não apenas o direito à herança como a qualquer relação com ela ou a irmã. Ubaldo, a pretexto de custear o tratamento do pai adotivo, passa a brigar com Dinorah pelo dinheiro ou às terras a que teria direito.

De início reticente e chocado com a violência e a crueza do bando de Dinorah, Ubaldo acaba por se integrar ao grupo, tanto pelo fato de ter uma semelhança física notável com o pai como pela experiência como militar e bancário.

A série não poupa espectadores de ação frenética e cenas de violência muito bem coreografadas. Já na trajetória dos personagens, as coisas vão menos bem. O personagem de Allan Souza

Lima cumpre uma trajetória clássica de séries criminais norte-americanas: a do homem comum que, premido pelas circunstâncias, acaba por descobrir sua aptidão para o crime.

O exemplo mais acabado e de grande sucesso nesse sentido é "Breaking Bad". Só que em "Cangaço Novo", ele disputa a liderança com ninguém menos que a própria irmã e, de certa forma, com a memória do pai com quem guarda enorme semelhança física.

Parece faltar um pouco de atenção tanto à transformação de Ubaldo quanto a de Dinorah, que acaba por aceder ao irmão homem e mais velho, depois de ser apresentada com uma bravura e uma agressividade notáveis.

Já a personagem da irmã mais nova, Dilvânia, que para de falar na infância por ter testemunhado a violência de perto, torna-se uma fanática religiosa, como que para contrastar com a terra arrasada em que vivem os outros dois irmãos.

A série conta com um excelente elenco de apoio com Ricardo Blat, Marcélia Cartaxo e Hermila Guedes. Esta última, que protagonizou o excelente "O Céu de Suely", faz o papel de uma candidata cuja campanha é financiada pelo produto dos assaltos a banco, elencando outro tema recorrente abordado na série, as relações entre a política e o banditismo.

"Cangaço Novo" pode ser visto diretamente no portal da Amazon Prime Video. Chamada no exterior de 'New Bandits', a série alcançou a liderança de público da plataforma no Brasil e entrou no Top 10 de 49 países, sendo 24 da África, 13 da América Latina e nove da Ásia. Entre os países nos quais ela foi mais assistida, estão Portugal, Canadá, Angola, Moçambique, Quênia, Costa do Marfim, Paraguai e Emirados Árabes Unidos. •

SEQUESTRO DE AVIÃO VIRA FILME

A história de um sequestro de avião ocorrido no Brasil logo após o fim da ditadura ganhou o cinema. Em setembro de 1988, um desempregado de 28 anos decidiu sequestrar um avião e tentar jogá-lo contra o Palácio do Planalto. A manobra deu errado e a bravura de Fernando Murilo, um piloto de avião da Vasp. A história está na película "O Sequestro do Voo 375", dirigido por Marcus Baldini. O filme estreia em 5 de dezembro.

Naquela manhã de 29 de setembro de 1988, 88 passageiros haviam embarcado no voo 375 da Vasp para o Rio, mas o homem no assento 3C tinha um destino diferente em mente. Enquanto o Boeing 737-300 saía da pista, Raimundo Nonato Alves da Conceição estava sentado em silêncio, segurando uma mochila com uma caixa de munição e um revólver calibre .32 escondido dentro.

Enfurecido com a turbulência econômica e a hiperinflação que convulsionavam o Brasil ao emergir de duas décadas de ditadura militar no final da década de 1980, o desempregado de 28 anos decidiu lançar um avião contra o palácio presidencial do Planalto, em Brasília, para matar José Sarney. Nonato Cmatou o copiloto Salvador Evangelista e forçou o comandante Fernando Murilo a alterar a rota da aeronave em direção à capital.

O que se seguiu deve ser classificado como um dos episódios mais bizarros e perturbadores da história da aviação sul-americana. Durante as quase três horas seguintes, o piloto lutou para salvar os seus passageiros - e o presidente do Brasil - com uma impressionante exibição de acrobacias aéreas que fez com que a aterragem do voo 1549 da US Airways no Rio Hudson, em 2009, parecesse inofensiva.

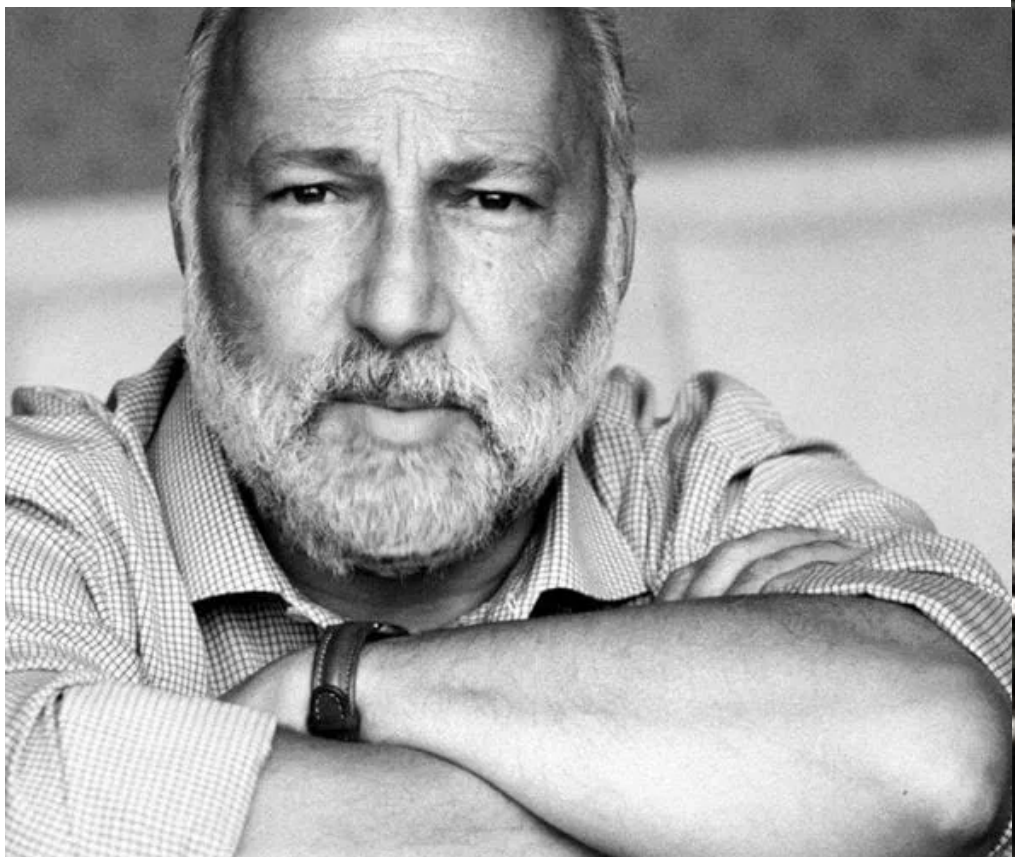
MORRE DOMENICO DE MASI

Sociólogo italiano, tido como um dos intelectuais mais influentes do século 20, era apaixonado pelo Brasil e esteve com o presidente Lula em junho

Um dos mais influentes pensadores do final do século 20, criador do conceito de “ócio criativo”, autor de mais de 20 livros, e francamente apaixonado pelo Brasil, o sociólogo italiano Domenico De Masi morreu aos 85 anos, em Roma, no sábado, 9. Ele descobriu que estava doente em 15 de agosto, durante suas férias em Ravello, na costa Amalfitana. A causa da morte ainda foi comunicada.

Professor emérito de sociologia do trabalho na Universidade Sapienza de Roma e reitor da Faculdade de Ciências da Comunicação dessa mesma instituição, De Masi é autor de “O Ócio Criativo”, de 1995, que defende a noção de que o tempo livre não é algo necessariamente negativo, porque pode estimular a criatividade pessoal. Ele também escreveu livros como “Desenvolvimento Sem Trabalho”, “A Emoção e a Regra” e “O Futuro do Trabalho”.

O sociólogo nasceu em Rottello, em 1938, e tinha o título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro. Em junho, De Masi encontrou-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Roma. Os dois conversaram sobre a conjuntura política atual do Brasil e da Itália, e abordaram a necessidade de se estabelecer a paz tanto na Europa quanto no



resto do mundo. Os dois já haviam se reunido em 2020.

Lula lamentou a morte. “Ele estava, como sempre, animado, com análises inteligentes e cheio de ideias e planos. Sempre foi um defensor das causas sociais, do avanço das conquistas humanas e de um mundo mais justo e solidário. Também foi muito atento e carinhoso com o Brasil, visitando o país sem nenhum medo de se posicionar, mesmo nos momentos mais difíceis”, disse. De Masi chegou a visitá-lo na cadeia, em Curitiba.

Na visão do professor, o avanço tecnológico é estratégico para um cenário em que cada vez mais pessoas poderão desempenhar funções de qualquer lugar, pelo chamado “smart working”. “A tecnologia é a melhor e maior aliada do ócio criativo”, disse. Ele avaliava que a possibilidade de tra-

balhar remotamente não deveria representar um tempo maior de dedicação às atividades profissionais.

Durante a carreira, De Masi passou por diversos centros de estudos na Itália, incluindo a Universidade Federico II, em Napoli, e a Universidade La Sapienza, em Roma, onde lecionou durante a maior parte da vida. Em 1995, fundou a Sociedade Italiana de Teletrabalho (SIT), responsável por divulgar e regulamentar o trabalho não estruturado no país.

Além disso, De Masi foi considerado um dos intelectuais mais próximos do Movimento 5 Estrelas, partido da Itália, depois de uma vida acadêmica próxima à esquerda. Seu trabalho influenciou muitos integrantes do grupo, incluindo Giuseppe Conte, que foi primeiro-ministro italiano entre 2018 e 2021. •

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Maira de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERFERIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



BRASIL

200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

Ângela Maria de Sousa Silva | Berenice Gomes da Silva
Carlos A. Ferreira Martins | Cynthia Soares Carneiro
Eduardo Silveira Netto Nunes | Fernanda Rodrigues Galve
Francisco das Chagas Pereira | Francisco Elias de Araújo
Jean Pierre Chauvin | João Maurício Gomes Neto | John Kennedy Ferreira
José Sergio Gabrielli de Azevedo | Kátia Cilene do Couto
Lyndon de Araújo Santos | Marcelo Sampaio Carneiro
Márcia Regina Barros da Silva | Raimunda N. Monteiro | Ronald Rocha
Vitor Eduardo Schincariol | Zeneide Pereira Cordeiro



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

HUCITEC
EDITORA